



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Escola de Serviço Social**

**ELISABETE RODRIGUES DA COSTA**

**DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO  
SOCIAL NO CONTEXTO HAITIANO.**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

**ELISABETE RODRIGUES DA COSTA**

**DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO  
SOCIAL NO CONTEXTO HAITIANO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Izabel Moura de Carvalho  
Moreira

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira (ESS-UFRJ)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fatima Valéria Ferreira de Sousa  
(ESS-UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leilah Landim Assumpção  
(ESS-UFRJ)

Rio de Janeiro, de maio 2016.

### **CIP - Catalogação na Publicação**

Rodrigues da Costa, Elisabete  
R696d Desenvolvimento Comunitário: uma proposta de  
intervenção no contexto haitiano / Elisabete  
Rodrigues da Costa. -- Rio de Janeiro, 2016.  
67 f.  
Orientadora: Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de  
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2016.  
1. Haiti. 2. Transformação social. 3. Esporte.  
I. Moura de Carvalho Moreira, Ana Izabel, orient. II.  
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **DEDICATÓRIA**

**In memórian**

**Tio Amós Gama e Preciosa Maria das Graças Santos**

## **AGRADECIMENTOS**

Sem dúvida esse é o momento mais esperado e difícil do TCC. Quando penso nas pessoas que fizeram parte desse momento especial, certamente deixarei alguns nomes sem citar, não por descaso, mas por não conseguir agradecer a todos nominalmente pelo simples fato que não concluiria esse curso acadêmico sozinho.

Mas vamos lá!

Ao Deus da minha vida. Ao que vive, reina, se relaciona, ama, perdoa e tem um plano de regeneração a todos os que creem no seu filho Jesus, que de uma forma de amor sacrificial morreu por todos nós.

À minha mãe, dona Jandyra Rodrigues da Costa que com muita luta me ensinou muito. À ela dedico esse TCC, pois muito antes de fazer o Serviço Social ela já gerado em mim princípios voltados para justiça social e pelos direitos dos humanos.

À minha família que sempre presente de forma direta e indireta me ajudou nessa caminhada de preparação para intervir em vidas. Especialmente aos meus irmãos de mais perto Josemar, Jonice, Joselito e a Tia Célia. Eu amo vocês!!! As minhas sobrinhas queridas, sempre cuidando do visual da titia.

À minha preciosa e querida orientadora Ana Izabel, que com muita leveza me orientou nessa produção. Obrigada por ser mais que uma orientadora acadêmica!

Às minhas amigas mais chegadas que irmãs: Amanda Braz, Bruna Gama, Daniele, Jéssica Alves, Juliana Fernandes, Karine Braz, Natalia Farias, Maeli Barros, Manoela Lessa, Suelen Borges, Rai Godoy e Rose Costa. Obrigada por vocês fazerem parte da minha vida e por ter contribuindo de uma forma singular nessa jornada.

Aos casais Marcio & Dulce Helena e Gersonita & Marcio Florindo obrigada pelo apoio e palavras de incentivo. Vocês contribuíram muito para essa conquista.

À irmã Edelzuita pelo cuidado e atenção.

À minha preciosa família haitiana Pr Genel, Nalise, Sabrina, Ricardo, Daniel e Ester Registre. Aos meninos e meninas de Cottard que me permitiram vivenciar um dos melhores momentos da minha vida. Especialmente aos meus companheiros com quem guardo no coração com muito carinho: Jean René, Jean Ody, Vigot Noel e minha preciosa Esterline Richard que me impulsiona a investir em vidas!

À você que lê. Obrigada!

*“Ajudando com sabedoria*

*Vá às pessoas*

*Viva entre elas*

*Aprenda com elas*

*Ame-as*

*Comece com o que elas sabem*

*Construa no que elas têm*

*Mas dos melhores dos líderes*

*Quando sua tarefa é cumprida*

*E o seu trabalho é feito*

*O povo todo vai dizer:*

*“Fomos nós que fizemos”!”*

*Poema Chinês*

## RESUMO

Esta monografia é um estudo *teórico-empírico*. É um esforço reflexivo de sistematizar a experiência como voluntária em um Projeto Missionário desenvolvido na Comunidade de Cottard, na cidade de Croix des Bouquets, no Haiti. Este trabalho propõe analisar o processo de Desenvolvimento de Comunidade (D C) como uma metodologia de intervenção social e problematizar desafios de atuar em contexto de comunidades empobrecidas. Para isso o trabalho apresenta uma breve definição dos componentes conceituais: desenvolvimento, comunidade e participação; bem como um resgate histórico do D C no contexto internacional Latino Americano e como esse processo chegou ao Brasil sob a forte influência dos EUA e sua vinculação do Serviço Social nos programas desenvolvimentistas. Para melhor compreensão do contexto haitiano, faremos um recorte histórico e a descrição do país e por fim apresentaremos como o esporte tem instrumento para desenvolvimento social e seus resultados. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica que fundamenta nossa análise e observação sistemática e participativa. A experiência vivenciada na comunidade de Cottard permitiu uma profunda reflexão acerca das possibilidades de intervenção através de projetos esportivos. Queremos realçar o potencial do esporte para viabilizar a melhoria das condições de vida de segmentos empobrecidos. Pois o esporte é um vetor para a inclusão social e campo privilegiado na contribuição para a transformação social em contexto sócio territorial empobrecido.

Palavras-chave: Desenvolvimento social, Desenvolvimento de Comunidade, Haiti, Transformação social, Esporte.



## RÉSUMÉ

Cette thèse est une étude théorique et empirique. Il est un effort de réflexion pour systématiser l'expérience en tant que bénévole dans un projet missionnaire développé la Communauté de Cottard, dans la ville de Croix des Bouquets, Haïti. Ce travail vise à analyser le processus de développement communautaire (D C) en tant que méthode d'intervention sociale et de discuter des défis de travailler dans un contexte de communautés pauvres. Pour ce travail présente une brève définition des éléments conceptuels: le développement, la communauté et la participation; ainsi qu'un historique D C dans le contexte international latino-américain et comment ce processus est venu au Brésil sous l'influence forte des États-Unis et la liaison du travail social dans les programmes de développement. Pour une meilleure compréhension du contexte haïtien, nous ferons une approche historique et la description du pays et, enfin, présente comme le sport ont instrument de développement social et de ses résultats. Nous avons utilisé la méthodologie de la recherche bibliographique qui sous-tend notre analyse et l'observation systématique et participative. L'expérience vécue en communauté Cottard a permis une profonde réflexion sur les possibilités d'intervention par le biais de projets sportifs. Nous voulons mettre en évidence le potentiel du sport pour permettre l'amélioration des conditions de vie des segments pauvres. Pour le sport est un vecteur d'inclusion sociale et rôle remarquable dans la contribution à la transformation sociale dans le contexte social territorial appauvri.

Mots-clés: développement social, développement communautaire, Haïti, transformation sociale, Sport.

## **LISTA DE SIGLAS**

CEFAL - Centro de Formação de Líderes para América Latina

DC - Desenvolvimento de Comunidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IHSI - Haitiano de Estatística e Informação

JMM – Junta de Missões Mundiais

MSPP – Ministério da Saúde Pública da População

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA - Organização dos Estados Americanos

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PNHH - Política Nacional de Habitação e Habitat

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

VSF – Voluntários Sem Fronteiras

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: HISTÓRIA, FUNDAMENTOS E METODOLOGIA.....	15
1.1. Definição de comunidade, desenvolvimento e participação .....	17
1.2. Desenvolvimento de Comunidade no contexto internacional .....	21
1.3. Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil. ....	24
1.4. A vinculação do Serviço Social aos Programas de Desenvolvimento de Comunidade .....	29
CAPITULO II - HAITI, QUE PAÍS É ESSE? .....	34
2.1. Descrição de Croix-Des-Bouquets .....	40
2.2. Descrições de Cottard .....	44
CAPÍTULO III - ESPORTE: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL .....	47
3.1. O esporte e seus conceitos.....	47
3.2. Esporte Para Todos .....	48
3.3. O esporte como vetor de desenvolvimento no contexto haitiano .....	52
3.3.1. Esporte e saúde .....	55
3.3.2. Esporte e a educação.....	56
3.3.3. Esporte e a igualdade de gênero .....	57
3.3.4. Esporte e a Participação .....	58
CONCLUSÃO .....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	63

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o processo de Desenvolvimento Comunitário como uma metodologia de intervenção social, problematizando os desafios de atuar em comunidades empobrecidas.

A aproximação com a temática ocorreu a partir das experiências vividas no Projeto Voluntários em Campo<sup>1</sup>, que nos possibilitou trabalhar em algumas comunidades haitianas através de atividades esportivas para crianças no período de 4 a 16 de janeiro de 2012.

Em setembro de 2013 retornei para o Haiti no projeto Voluntário Sem Fronteiras<sup>2</sup> da Junta de Missões Mundiais<sup>3</sup> (JMM), onde atuamos no período de um ano com um grupo de 10 pessoas, dividido em duas equipes de trabalho: uma atendeu os desabrigados do terremoto<sup>4</sup> de 2010 na comunidade de Cristo Rei e a outra a comunidade de Cottard onde iniciamos o processo de Desenvolvimento Comunitário.

Para a realização dessa intervenção houve um período de seis meses de preparação no Brasil, em que tivemos aulas de Desenvolvimento de Comunidade, Antropologia, Medicina de desastre, etc. Além disso, antes de seguir para o Haiti tivemos aulas de *Kreyol Ayisien* (creoulo haitiano) com Daniel Registre e Reginald Pyrhus, dois amigos haitianos que estudavam no Brasil.

---

<sup>1</sup> O Voluntários em Campo é um projeto comprometido com as necessidades humanas ao redor do mundo, visando promover atividades sociais e humanitárias nas áreas de saúde, esporte, educação, construção civil e desenvolvimento comunitário. Ele oferece aos seus participantes uma oportunidade de desenvolver suas habilidades, experiências para formação acadêmica e profissional em um contexto transcultural. Seu foco está em auxiliar os trabalhos das Igrejas Brasileiras em todo o mundo, servindo especialmente os países vitimados por catástrofes, conflitos e sedes dos principais eventos internacionais.

<sup>2</sup> O Projeto Voluntários Sem Fronteiras (VSF) trabalhar em comunidades em que haja baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Os participantes são voluntários sustentados por suas igrejas e ficam nos países alvo por um período mínimo de 12 meses e no máximo 4 anos.

<sup>3</sup> A Junta de Missões Mundiais (JMM) é uma organização não governamental da Convenção Batista Brasileira criada em 1907. Ao longo desses 109 anos tem desenvolvido projetos que contribuem especificamente com quatro áreas de desenvolvimento humano: a luta contra a pobreza e a fome, Educação, Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

<sup>4</sup> Em 12 de janeiro de 2010 o Haiti foi atingido por um terremoto de 7.2 de magnitude, que matou mais de 200 mil mortos e deixou quase 2,3 milhões de desabrigados. De acordo com a ONU foi o pior já registrado nas Américas.

Nesta monografia, a *hipótese de estudo* considera que a metodologia do D C tem contribuído para transformações (no que tocante, sobretudo, a melhoria das condições de vida das comunidades pobres e vulneráveis) significativas em comunidades empobrecidas. Essa *hipótese* fundamenta-se nas observações participativas feitas no período de um ano em que vivemos em Porto Príncipe. O nosso olhar reflexivo se orienta por uma perspectiva histórico e crítica da realidade social e as situações vivenciadas nas comunidades haitianas que são expressões das múltiplas formas de desigualdade que caracterizam aquela totalidade em movimento. Porém, temos clareza que o potencial das modalidades de desenvolvimento comunitário, que inclusive participamos no Haiti, são insuficientes para superar as enormes fraturas sociais de acesso à direitos básicos naquele país.

Temos em Kosik (2010), que ao examinar a realidade, garantir o caráter dialético do fenômeno e da essência, do todo e da parte. Analisar a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2010, p. 44).

Como *metodologia* de elaboração da monografia, utilizamos: pesquisa bibliográfica que fundamenta nossa análise; observação sistemática e participativa junto aos moradores da comunidade; análise das informações construídas a partir do questionário elaborado como instrumento de investigação da realidade social.

O Capítulo I deste trabalho - “Desenvolvimento Comunitário: uma proposta de intervenção social no contexto haitiano” visa apresentar uma breve definição de comunidade, desenvolvimento e participação. Posteriormente faremos um resgate histórico, sucinto, do desenvolvimento de comunidade no contexto internacional, na América Latina e no Brasil. E por fim, como se deu a vinculação do Serviço Social nos Programas de Desenvolvimento de Comunidade. Aqui, deixamos claro, que essa monografia não trata da problemática do Desenvolvimento de Comunidade no Serviço Social. Ou seja, o nosso olhar prioriza as experiências vivenciadas no contexto haitiano, quando atuamos em projetos missionários. Entretanto, reconhecemos que ainda há reflexões a serem produzidas sobre a influência do D C no Serviço Social e, inclusive os impactos que o próprio desenvolvimento e amadurecimento teórico-metodológico da profissão (Serviço Social) provocaram na história do D C no Brasil e também na América Latina. Mas, esse debate não será tratado nessa monografia.

Esse capítulo foi construído com base na abordagem de autores como Safira Bezerra Ammann, Maria Luiza Souza, Balbina Ottoni Vieira, Manuel Henrique Castro cujas contribuições foram relevantes para o conhecimento do processo histórico que levou a origem do Desenvolvimento de Comunidade.

No Capítulo II – denominado “Haiti, que país é esse?” buscamos fazer um recorte histórico e a descrição do país, bem como da cidade onde foi desenvolvida a ação missionária junto à comunidade de Cottard.

No Capítulo III, “Esporte: instrumento de inclusão social”, apresentaremos o esporte como um vetor para potencializar as práticas individuais e coletivas em comunidades empobrecidas, contribuindo para a melhoria das condições materiais e espirituais de vida da população local, e assim, contribuindo para a inclusão social. Destacamos, todavia, que as experiências de desenvolvimento comunitário aqui descritas e analisadas não são suficientes para reverter o quadro de carência material e de ausência de direitos sociais de cidadania, ausentes para grande parte da população do Haiti. Insitimos, porém que a convivência que tivemos com a população da comunidade de Cottard foi muito enriquecedora e, os vínculos (na relação sujeito/objeto no processo de investigação social) que estabelecemos foram difíceis de serem trabalhados no momento da sistematização da experiência. Muitas foram as mediações (teórico-analíticas e ético-políticas) que tentamos construir para produzir esta monografia. Pois, as tensões que vivenciamos iam para além da simples permanência por um período de nossas vidas, em um país com singularidades culturais tão expressivas e fortemente marcado pela desigualdade social, como é o Haiti. As tensões se expressaram no cotidiano de nossa formação crítica em Serviço Social, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na nossa militância como missionária em trabalhos sociais da Igreja e nas interlocuções que realizamos com a literatura que pesquisamos e com os “próprios sujeitos” envolvidos nesse processo de produção de conhecimento científico. Por isso sabemos os limites que esta monografia apresenta, mas também sabemos que o caminho começou a ser percorrido, na busca por decifrar as “armadilhas” da realidade e, que só a produção do conhecimento crítico é capaz de potencializar as transformações sociais e garantir melhores condições de vida e, principalmente, emancipação humana.

Por fim, a parte destinada a conclusão seguirá com as reflexões produzidas ao longo da elaboração dessa monografia. Traz muito mais pontos a serem aprofundados e caminhos a serem percorridos por todos aqueles que atuam em comunidades empobrecidas e, que se movimentam por princípios e práticas voltadas para a construção de projetos sociais que assegurem acesso a direitos de cidadania, enfim, acesso a direitos humanos. Assim sendo, esperamos que esta monografia possa ser um instrumento para auxiliar a atuação dos assistentes sociais em projetos sociais interventivos.

## **CAPÍTULO I – O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: HISTÓRIA, FUNDAMENTOS E METODOLOGIA**

Antes de falarmos de Desenvolvimento de Comunidade, ou seja, do processo de desenvolvimento comunitário como metodologia de intervenção na realidade social, vivenciado em comunidades haitianas, faz-se necessário realizar uma rápida abordagem do que entendemos sobre os seguintes componentes conceituais: comunidade, desenvolvimento e participação.

A comunidade é o primeiro componente que precisamos definir, pois ela é o espaço *in loco* da prática de DC. O desenvolvimento é o objetivo a ser alcançado a partir desse instrumento reconhecido como potencializador de transformação social. Nessa monografia reconhecemos a rica experiência que tivemos nas comunidades haitianas e identificamos a força da população na condução de suas estratégias de luta cotidiana, por isso, trata-se de uma metodologia na qual a participação social se configura como a força motriz do processo DC que acompanhamos no Haiti e que será tratado nessa monografia.

A noção de desenvolvimento de comunidade é parte constitutiva das formulações do Serviço Social no Brasil. Queremos explicitar desde já que não trataremos dos impactos dessa noção na trajetória teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro. Sabemos que a institucionalização e a profissionalização do Serviço Social no Brasil foram parte das estratégias do projeto de desenvolvimento econômico imposto ao país, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, sob as determinações do capital estrangeiro, orquestradas pelos Estados Unidos da América. A literatura crítica<sup>5</sup> produzida sobre a influência do D C no Serviço Social brasileiro não será diretamente tratada nesse estudo, porém destacamos que concordamos com a utilização dessa “metodologia” como um instrumento de manipulação e enquadramento das populações empobrecidas em escala mundial. Queremos, no entanto, recuperar a experiência política vivenciada no Haiti que foi muito rica para acender a problemática do D C nas abordagens com comunidades empobrecidas e com ausência de participação social.

---

<sup>5</sup> Para uma melhor compreensão acerca da literatura crítica sugerimos a leitura de Wanderley, M. B. (1998). *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*; NETTO, José Paulo. (1991) *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*; CASTRO, M. M. (1986) *História do serviço social na América Latina*. AMMANN, S. B. (1997). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.



Além disso, permitiu refletir sobre o universo de possibilidades para a atuação do assistente social no âmbito de comunidades empobrecidas. Sabemos que o debate teórico-metodológico subjacente às noções de D C, de participação social e de desenvolvimento social é amplo e diversificado e não temos a pretensão de realizar no escopo dessa monografia. Mas, insistimos que a experiência vivenciada no Haiti, mesmo não abordando o Serviço Social imediatamente, pode ser uma contribuição para a sistematização das intervenções sociais, inclusive para aquelas desempenhadas por assistentes sociais em contextos sócio territoriais empobrecidos.

### **1.1. Definição de comunidade, desenvolvimento e participação**

Consideramos que o conceito de comunidade é definido de acordo com o contexto histórico, social, político e econômico de cada período.

Encontramos na concepção grega o conceito de comunidade como polis. Os gregos consideravam que a polis era o espaço em que os interesses coletivos seriam repartidos para além de um lugar de trabalho ou de produção. A polis deveria ser o local de relacionamentos interpessoal. De acordo com Kalina e Kovadloff (1978, p. 30-31) apud Souza (1993, p. 59-60):

Polis foi lugar onde o homem chegava a ser ele mesmo. Assim, para os gregos, muito mais do que o lugar de trabalho, isto é, da produção, a polis foi o âmbito de encontro interpessoal, do diálogo e das celebrações.

Já, no período romano, o conceito de comunidade tem sentido diferente da concepção grega em que é chamada de urbs. Na concepção romana, a comunidade é concebida via a identidade jurídica, sendo assim, os cidadãos não possuíam uma identidade concreta.

Tanto a urbs romana como a cidade medieval perderam o sentido de identidade e valorização social do homem existente na polis grega. A identidade, o sentimento de nós, os interesses coletivos têm realce na polis grega e se identifica com algumas concepções de comunidades que aparecem no século XX. (SOUZA, 1993, p. 60).

Os fatos históricos fazem emergir uma discussão acerca da definição do conceito de comunidade. Temos a partir da revolução urbano-industrial uma diversidade de conceitos que demonstram uma divisão entre os interesses individuais e os interesses coletivos.

Segundo Ferreira Neto (1987), a concepção de comunidade está relacionada a um espaço geográfico onde há de certa forma um interesse comum e uma interação entre os indivíduos na busca de superação de suas necessidades. Para o autor, a comunidade se estabelece de fato quando em um:

Determinado espaço geográfico os indivíduos se conhecem, possuem interesses comuns, analisam juntos os seus problemas e põem em comum os seus recursos para resolvê-los. (FERREIRA NETO, 1987 p.9).

Com base nesses conceitos, faz-se necessário compreender o cotidiano dos indivíduos e da comunidade para se desenvolver a prática do DC, tendo em vista as relações estabelecidas no interior dessa realidade.

Temos em Souza (1993) a definição do conceito de comunidade como objeto da prática do DC, como:

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns. (SOUZA 1993, p.68).

Tendo por assim definido o conceito de comunidade devemos considerar que a comunidade é um campo operacional e, para isso, faz-se necessário avaliar se haverá uma adesão teórico-metodológica para que se promova a intervenção e observar e evidenciar a existência das refrações da “questão social”<sup>6</sup>.

O primeiro objetivo a ser alcançado enquanto processo pedagógico da intervenção na comunidade é o *desenvolvimento*. Para que tal objetivo seja alcançado, faz-se necessário evidenciar sob o tipo de desenvolvimento que estamos almejando.

Aquele que busca facilitar o processo de DC precisa ter em mente esse componente bem claro. Ao pesquisar o conceito de desenvolvimento no Dicionário Aurélio (1985), encontramos a definição de desenvolvimento como sendo:

O estágio econômico social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, isto é, os recursos naturais, o capital e o trabalho. (FERREIRA, 1985, p. 453).

A concepção do que se entende por desenvolvimento é fundamental para o

---

<sup>6</sup>A expressão “questão social” segundo Netto “surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental, que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo” (NETTO, 2001).

processo de DC. Segundo Ferreira Neto (1987), não devemos confundir crescimento com desenvolvimento, pois o crescimento econômico deve caminhar em sintonia com o bem-estar social de parcela considerável da população.

Abrimos aqui um parêntese para destacar as tensões subjacentes à noção de desenvolvimento social. De acordo com a direção teórica e metodológica da formação em Serviço Social, o acesso ao “bem-estar” se refere à socialização da riqueza e da política coletivamente produzidas.

Temos em Coutinho (2000), que:

A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 2000, p. 50).

Na concepção de Coutinho a democracia inclui uma socialização: econômica, política, cultural que visa a emancipação humana, ou seja, o processo pelo qual se dá a erradicação dos processos de dominação, exploração e alienação.

Ou seja, trata-se de um Projeto societário<sup>7</sup> desenhado na contracorrente da hegemonia do capital que tem como núcleo:

O reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. (NETTO, 1999, p.15).

Em Netto (1999) observamos que o projeto está fundamentado na defesa intransigente dos direitos humanos, tem como dimensão política o posicionamento a:

Favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (NETTO, 1999, p.16).

Votando com a argumentação de Ferreira Neto (1987) sobre as condições de desenvolvimento acima referidas, destacamos que as mudanças potencializadoras do desenvolvimento devem ser muito mais qualitativas que quantitativas, deve se ter

---

<sup>7</sup>Os pilares básicos do projeto ético-político encontra-se no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais/Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993 (Conselho Federal de Serviço Social, 1993a), a Lei de Regulamentação da profissão/Lei n. 8.662/9, de 7 de junho de 1993 e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.

uma mudança muito mais social que econômica. Sendo assim, “o desenvolvimento não deve apenas resumir-se no crescimento econômico, mas englobar benefícios sociais que compreendam uma qualidade superior de vida” (FERREIRA NETO, 1987, p. 13).

Diante das concepções de comunidade e de desenvolvimento, consideramos que o desenvolvimento de comunidade pode ser entendido como um processo que busque a transformação social das condições humanas.

Tal processo deve acontecer de forma contínua, buscando uma transformação social que impacte a vida dos sujeitos envolvidos, sendo assim não há como pensar o DC sem a força motriz que é a participação da comunidade, pois o processo só deve ser pensado como a efetiva participação social.

Ammann (1997) considera que a participação é uma forma de transformação dos mecanismos que mantêm e reproduzem as desigualdades sociais. Para a autora a:

Participação social é o processo mediante a qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada, visando o controle social. (Ammann, 1997, p.61).

Historicamente a participação foi usada como uma forma de controle e manipulação dos detentores do poder sobre os despossuídos, utilizando-se de uma pseudoparticipação quando os indivíduos são chamados para participar do processo, porém o poder decisivo fica a cargo daqueles que detêm o poder. Vemos em Faleiros (2011) que a participação era usada como um instrumento de manipulação e controle social da classe dominante sobre a classe dominada na medida em que "a população é consultada e incluída no processo de informação, mas excluída do processo de decisão". (FALEIROS, 2011, p.74).

Compreendemos que a participação se concretiza quando os sujeitos fazem parte das decisões que lhes dizem respeito tomando parte do que está sendo decidido, elaborado e realizado. Concordamos com Teixeira (1997), quanto ao conceito de participação que significa “fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas”. (TEIXEIRA, 1997, p. 187)

Se levarmos em conta a etimologia da palavra participação, observamos que participação vem do latim "*participatio*" (*pars + in+ actio*) cujo significado é “ter parte

na ação” (BENINCÁ, 1995, p. 14). Quando pensamos em DC, precisamos partir do conceito etimológico em que há o acesso no agir e nas decisões que direcionaram a ação na comunidade. Sendo assim, a participação deve ser utilizada como instrumento de *empoderamento*<sup>8</sup> das comunidades para a viabilização do desenvolvimento comunitário.

## 1.2. Desenvolvimento de Comunidade no contexto internacional

A primeira nação a adotar o DC para *auxiliar às colônias* que encontravam em dificuldades socioeconômicas foi a Inglaterra em 1942, onde a nomenclatura Desenvolvimento de comunidade foi usada pela primeira vez. Esse “auxílio” foi acordado na Conferência de Verão de Cambridge sobre Administração da África (Inglaterra, 1948) em que o governo britânico se comprometia a socorrer as antigas colônias inglesas com "o objetivo de auxiliar os países colonizados a se preparar para a independência". (VIEIRA, 1981, p.247).

Nesse contexto o desenvolvimento de comunidade foi definido como:

Um movimento destinado a promover melhorias de vida de toda população comunitária com a participação ativa e, se possível, por iniciativa da comunidade; mas se esta iniciativa não surgir espontaneamente, suscitá-la por meio de técnicas que façam surgir e a estimulem a fim de assegurar sua resposta ativa e entusiástica ao movimento. O Desenvolvimento de Comunidade abarca todas as formas de melhorias. Inclui todo o campo das atividades de desenvolvimento levadas a efeito em determinado distrito, quer tais atividades sejam empreendidas pelo Governo ou por organizações não oficiais; no terreno da agricultura, garantindo a adoção de melhorias métodos agrícolas e melhor tratamento da pecuária; no campo da saúde, promovendo melhorias nas condições sanitárias e de abastecimento de água, medidas adequadas de higiene, proteção à infância e à maternidade; no campo da educação, disseminando a alfabetização e a educação de adultos, bem como estendendo e melhorando as escolas primárias. O Desenvolvimento de Comunidade deve fazer uso do movimento cooperativo e deve ser posto em vigor em íntima associação com os órgãos governamentais locais. (VIEIRA, 1981, p.248).

Para o governo britânico a independência não significava rompimento das relações que antes existiam e, os programas de DC viriam para amparar as antigas colônias no processo de independência e, ainda assim assegurava o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, o governo britânico utilizou os programas de DC para amenizar as pressões internas, garantir o controle social e a não adesão ao socialismo. Vemos aqui que o foco para a utilização do DC meramente para o

---

<sup>8</sup> Vasconcelos (2001) define empoderamento como "o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social." (VASCONCELOS, 2001, p. 5).

desenvolvimento econômico e fortalecimento da ordem capitalista vigente. Ou seja, o que o governo britânico propunha de uma forma velada era perpetuação da dependência de suas ex-colônias.

As amplas e profundas transformações ocorridas do mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), como a crise do capitalismo, o surgimento de nações socialistas e, o colapso dos impérios coloniais provocaram profundas mudanças no contexto político, social e econômico como o processo de independência de parte significativa das antigas colônias da Europa. E, conseqüentemente uma nova organização geopolítica em escala planetária com fortes impactos no aprofundamento das expressões da “questão social”, através do acirramento da contradição capital/trabalho, contribuindo para o empobrecimento de amplas parcelas da população mundial.

O contexto pós Segunda Guerra Mundial, abriu portas para o fortalecimento de duas potências mundiais que dividiriam o mundo em dois blocos: um liderado pelos Estados Unidos da América representante do bloco capitalista e, o outro bloco liderado pela União Soviética representante do bloco socialista.

Todo o movimento do pós-guerra foi marcado pelas disputas por hegemonia americana ou soviética. Essas duas potências buscavam o domínio econômico e político do mundo, visando a conquista da hegemonia mundial e a propagação da ideologia adotada por cada potência.

Em meio a esse cenário de disputas pela implantação do *Modelo político ideológico capitalista ou socialista*, coube a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>9</sup> uma dupla missão: “buscar estratégias capazes de garantir a ordem social e de preservar o “mundo livre” dos regimes e ideologias consagradas como não democráticas”. (AMMANN, 1997, p.29).

A estratégia adotada pela ONU foi a utilização do *instrumento metodológico do Desenvolvimento de Comunidade* para auxiliar os países a superarem seus

---

<sup>9</sup> A ONU é uma organização internacional criada em 24 de outubro de 1945 a pós a II Guerra Mundial, conta hoje com representantes de vários países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial. Seus objetivos principais são:

- Defesa dos direitos fundamentais do ser humano;
- Garantir a paz mundial, colocando-se contra qualquer tipo de conflito armado;
- Busca de mecanismos que promovam o progresso social das nações;
- Criação de condições que mantenham a justiça e o direito internacional.

problemas econômicos e sociais. Ficava assim por conta da ONU sistematizar e divulgar o D C como um instrumento de desenvolvimento.

O discurso e argumento adotados para a utilização do D C nas nações europeias foi que a pobreza era um entrave e uma ameaça para estas populações (pobres) e para as áreas mais prósperas. Sendo assim fazia um “esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo”. (AMMANN, 1997, p.29).

Em 1956, a ONU estabeleceu a definição do desenvolvimento de comunidade como o:

Processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, de integrar essas comunidades na vida nacional e de capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país. (Apud Ammann, 1997, p.32).

Nessa primeira definição apresentada pela ONU encontramos dois elementos fundamentais, a serem problematizados, para a efetivação do Desenvolvimento de Comunidade. O primeiro é a participação popular que é ressaltada como o esforço do povo em prol das melhorias necessárias à satisfação do bem-estar comunitário e, o segundo é o apoio técnico do governo na intervenção social.

Embora a primeira definição tenha colocado a participação popular como um elemento fundamental, o povo não fazia parte do planejamento e execução dos programas de melhorias da comunidade. Com isso, dois anos depois da primeira definição a ONU apresenta outra definição, agora colocando a participação popular em outro nível.

Todo processo social para ser efetivo necessita da participação social, pois a população é a força motriz para o desenvolvimento de qualquer ação na comunidade. Porém a participação social oferece um risco para aqueles que buscam, pois, a força da comunidade é maior do que os agentes que buscam nela investir.

Em 1958, fica definido o desenvolvimento de comunidade como:

O processo através do qual o próprio povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas. Isso implica a colaboração indispensável entre os governos e o povo para tornar eficazes os esquemas de desenvolvimento viáveis e equilibrados. (CBCISS Apud SOUZA 1993, p 55).

Compreendemos que esse processo fortalece o potencial da comunidade, pois o indivíduo envolvido no processo de DC amplia sua visão de mundo e, a sua concepção enquanto cidadão consciente de suas potencialidades e capacidades para a melhoria do nível de vida, participando da elaboração das melhorias a partir das suas reais necessidades, bem como da comunidade, sendo ele peça fundamental para o desenvolvimento do espaço de socialização da vida. A relevância do envolvimento comunitário deve-se ao fato de ser:

Uma técnica de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planejamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida. (Ander-Egg 1980, p. 69).

O Desenvolvimento de Comunidade foi a solução encontrada para “auxiliar” os países recém-independentes e atingidos pelas 2ª guerra mundial primeiramente a se recuperar economicamente e com isso atender as exigências do sistema capitalista. Esse “auxílio” inicia-se no continente europeu, africano e asiático e através dos Estados Unidos chega até a América Latina.

### **1.3. Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil.**

A inserção do DC na América Latina se deu pelos Estados Unidos. De acordo com Souza “após a Segunda Guerra Mundial, o governo americano promove extenso programa de assistência técnica aos países pobres” (SOUZA, 1993, p. 42). Esses programas foram desenvolvidos especialmente na América Latina.

Até então cabia a ONU a preocupação com o desenvolvimento desses países pobres, que os estimulavam com a sistematização e divulgação de estratégias para solucionar os problemas que dificultavam o desenvolvimento socioeconômico dos países latino-americanos.

Segundo Ammann (1997) o governo americano acreditava que os países pobres e famintos podiam ser mais facilmente conquistados pelo ideário comunista. Com base no discurso de que:

O continente conta com o mais rico, o mais desenvolvido e o mais poderoso país do mundo - os Estados Unidos – que aliado ao Canadá lidera o progresso científico e tecnológico. Logo temos dentro do próprio continente os meios e os instrumentos indispensáveis ao nosso desenvolvimento. (AMMANN 1997, p.30).

Com esse discurso os EUA prestavam ajuda tecnológica a fim de promover o desenvolvimento muito mais econômico que social aos países que se encontravam



em dificuldades para manter os níveis sociais. A criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948 tem como objetivo principal a centralização do poder nas mãos dos Estados Unidos da América permitindo assim, a sua intervenção e dominação nos países da América Latina.

Segundo Souza “na origem, as suas características e justificativas apontavam o rural como espaço próprio” privilegiado da prática do DC (SOUZA, 1993, p 13). Foi baseado nessa característica e justificativa que os EUA passaram a implementar programas de assistência técnica aos países pobres afim de alavancar a produção na área agrícola. A porta de entrada para esse tipo de assistência nesse período era prioritariamente o meio rural.

Temos em Seguy 2014, uma das primeiras ações do Desenvolvimento de Comunidade no Haiti. O autor destaca que:

Desde a experimentação pela ONU do primeiro projeto de desenvolvimento da comunidade em Marbial, sudeste, projeto que promovia a alfabetização dos camponeses, a higiene comunitária, e a vulgarização de técnicas agrícolas modernas para ensinar aos camponeses a cultivarem a terra, o pedido pelo desenvolvimento de comunidade tomou o lugar da reivindicação. (SAGUY, 2014, p.307).

Para Casseus (2012) houve uma “proliferação de associações de bairro que se manteve ao longo do tempo sob diferentes formas” (CASSEUS, 2012, p.78). As principais foram os: clubes de futebol, grupos associações comunitárias sociais, culturais, organizações para melhorar as condições vida.

Para o autor essas ações não podem ser consideradas desenvolvimento para transformação social, mas para garantir a sobrevivência dos membros do grupo. Porém, é o ponto inicial para convidar os membros da comunidade a discutirem a respeito dos seus direitos e das mudanças social e política que precisam ocorrer para o desenvolvimento da comunidade.

Um dos locais em que foram realizados a metodologia do Desenvolvimento de Comunidade, no final de 1970, foi no município de Jacmel que fica na parte sudeste do Haiti, certa de 84,6 km da capital Porto Príncipe. A ação foi desenvolvida com o intuito de “permitir aos habitantes desta região desfrutar de um mínimo de serviços sociais básicos”. (CASSEUS, 2012, p. 88). As contribuições para comunidades foram cinco escolas, um centro hospitalar, pavimentação das estradas”. As atividades segundo o autor foram financiadas com capital dos Estados Unidos da América e grupos da Europa.

Seguindo as recomendações da ONU, a OEA passa a definir a política de assistência técnica aos programas de DC na América Latina. Esta política junto à Divisão de Assuntos Sociais e sessão de Serviço Social divulgou e impulsionou com o auxílio dos assistentes sociais os programas de desenvolvimento do nosso continente.

De acordo com Souza (1993) o DC chega ao Brasil “enquanto processo técnico-metodológico” na década de 1940, por um processo de trabalho institucionalizado pelos EUA. Sendo implantado como uma *Política de Desenvolvimento de Comunidades Rurais* a partir de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o governo norte-americano.

A intervenção dos EUA no Brasil tem marco em 1948, momento em que foram lançadas as primeiras sementes para criação dos Programas de Desenvolvimento de Comunidade. A entrada do DC foi especialmente nas áreas rurais, com a primeira experiência em nossa nação no Estado de Minas Gerais, na comunidade rural de Itaperuna/MG em 1950. Essa experiência foi criticada por Ammann (1997), pois essa intervenção é regulada nas:

Orientações da sociedade política e reproduzindo no coração do senso comum a ideologia das classes dominantes, promove a modernização do meio rural, sem questionar a estrutura agrária brasileira: camufla as relações de dominação vigentes no campo - e pretende que autoridades, fazendeiros, colonos e assalariados se sintam reunidos em igualdade de condições – e encontrem a solução para os problemas locais; diagnostica as condições sociais do município, tratando apenas do seu índice de socialização, dos recursos vinculados à instrução, ao lazer e à religião e da estabilidade do grupo familiar, sem estabelecer qualquer articulação com a problemática estrutural brasileira. (AMMANN,1997, p.45).

São claras as deficiências dessa intervenção, pois não houve um questionamento no campo do direito e sim uma avaliação no âmbito local, com resoluções pontuais e sem um preparo para uma representação política e para a garantia dos direitos.

O Desenvolvimento de Comunidade no Brasil não foi introduzido com objetivo de produzir transformações nas estruturas de dominação e de poder, historicamente cristalizadas na formação social e cultural brasileiras, mas sim atenuar, minimamente, as tensões e conflitos sociais emergentes a partir do aprofundamento do capitalismo e acirramento da questão social. O contexto político brasileiro era favorável ao DC devido ao momento de busca pelo desenvolvimento industrial e, o desejo de reparar o chamado atraso tanto na agricultura quanto na educação,

questões que eram consideradas entraves para o desenvolvimento do país. Tivemos para essa finalidade, dentre outras iniciativas dos segmentos de classe dominante, em articulação com o Estado e com “parceiros” internacionais, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado 1949 no Brasil com o apoio do governo brasileiro, com o patrocínio da UNESCO e da União Pan-Americana.

O Seminário Interamericano de Educação de Adultos objetivava construir as bases de orientação para implantar no país programas de educação de adultos, pois o analfabetismo era “um fator de desintegração nacional, um empecilho para o progresso e uma ameaça para a paz social e, para a vida democrática da América” (AMMANN, 1997, p.34).

O “resultado” desse seminário foi a construção de um Manual de Educação de Adultos, cujas propostas segundo Ammann (1997), foram utilizadas para o desenvolvimento de comunidade na experiência da comunidade de Itaperuna/MG em 1950. As técnicas de DC passaram a nortear as ações do governo na política de educação para o meio rural.

Com o intuito de levar desenvolvimento para o campo, em 1956 temos a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), cujo objetivo, de acordo com Ammann (1997) era prestar “assistência as famílias rurais, principalmente através de atividades do crédito supervisionado e de atividades de “extensão- educação”. (AMMANN, 1997, p. 35).

Em 1959 data-se a criação do Serviço Social Rural (SSR) por meio do Ministério da Agricultura com o intuito de desenvolver e recuperar as comunidades que se encontravam em dificuldades no meio rural. Seu objetivo principal era “iniciar, sob a ação de um plano racional e conjunto, a árdua tarefa de procurar desenvolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras” (AMMANN, 1997, p. 35).

A base proposta para o DC em Itaperuna/MG era o trabalho voltado para as famílias e para o *controle social*, bem como a manutenção da ordem como elemento fundamental. “Objetiva-se assim o progresso, tendo a exemplo do positivismo, a ordem como base e o amor como princípio” (AMMANN, 1997, p.42). Observamos que no Brasil o DC tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico, a preservação da paz social e o combate às ideias comunistas.

Nesse contexto temos a reprodução de um *Desenvolvimento de Comunidade ortodoxo*, que apresenta um caráter em que concebia a comunidade "como unidade

consensual; postula-se a integração do sistema como fundamental para a sua harmonia" (WANDERLEY, 1998, p. 30). Ou seja, essa metodologia proposta de "Desenvolvimento" não tinha por objetivo a transformação social e, tampouco o acesso democrático aos serviços e bens sociais coletivamente produzidos, o que resultaria na melhoria da qualidade de vida da população. As ações vislumbradas na *metodologia social* através do DC eram voltadas, fundamentalmente para assegurar e manter as estruturas de dominação cristalizadas na cultura política nacional, através de uma abordagem funcionalista que visava a manutenção da ordem vigente e do status quo dominante.

Dentro deste contexto, o conceito de participação utilizado no Desenvolvimento de Comunidade "repousa sobre a concepção de "funções e papéis", objetivando a preservação da harmonia e continuidade estável do sistema" (WANDERLEY, 1998. p. 30). O povo não se tornava parte do processo decisório do país e, não havia espaço para o questionamento da desigualdade econômica e social, pois, o que havia era um mecanismo para manter a comunidade em uma postura acrítica e aclassista (buscando assim o "ajustamento e a harmonia sociais"). As técnicas de ajuda mútua e mutirão tinham por objetivo produzir mudanças no seio da sociedade, porém as atividades realizadas não atingiam as questões das relações de produção e reprodução das relações capitalistas, responsáveis pela desigualdade social e múltiplas formas de dominação. Na realidade, o que se objetivava era o desenvolvimento da urbanização funcional às necessidades de melhoria nos meios de produção para o incremento produtivo e a ampliação da acumulação do capital.

Com a interferência dos profissionais de Serviço Social houve mudanças nas formulações do Desenvolvimento de Comunidade, através dos debates ocorridos nos Seminários e Congressos<sup>10</sup> realizados no Brasil e, em países da América Latina.

De acordo com Wanderley (1998) temos nesse momento o surgimento e a difusão de um *Desenvolvimento de Comunidade Heterodoxo*, em que a participação é concebida a partir de uma perspectiva crítica, indicando a necessária demanda por

---

<sup>10</sup> Os eventos mais importantes desse período foram: O Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil, em 1960, II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961, Seminário sobre Desenvolvimento de Comunidade e Organização de Comunidade, em 1963 e o mais importante "que passou a representar verdadeiramente o primeiro marco teórico e metodológico de desenvolvimento de comunidade na dimensão global do processo de desenvolvimento nos países latino-americanos" segundo "Silva, 1974, p 127) foi o Seminário Regional Latino- Americano sobre o Papel do Desenvolvimento Econômico e Social.

*mudanças estruturais* na sociedade e, não mais apenas a manutenção da ordem vigente.

Nessa conjuntura sócio histórica, o SSR se transforma em um espaço político, crítico classista e renovado, segundo Albano (1961) o Desenvolvimento de Comunidade passa a ser “mais do que um programa local de desenvolvimento. Ele é um movimento que implica transformação das estruturas em todos os planos: nacional, estadual e local” (Albano, 1961 apud AMMAN, 1997, p.70).

Vemos sob essa perspectiva, uma ruptura na postura dos profissionais sobre a *Metodologia do Desenvolvimento de Comunidade*, passando assim, de um pensamento harmonioso (com visão acrítica e aclassista) para uma ação em que se questiona a estrutura econômica, política e social. Deste modo, com a efetiva participação popular dirigida pelo processo de mudança social.

Historicamente o Serviço social é marcado como uma profissão de ruptura e busca por uma maior autonomia para a sua atuação junto a sociedade gerando mudanças sociais. Nesse processo o Desenvolvimento Comunitário sofre consideráveis transformações, pois entende-se que para uma verdadeira transformação social é necessário, uma postura tanto crítica como também hegemônica, atendendo aos anseios das classes sociais empobrecidas, ou seja, criando canais efetivos de participação popular, o que certamente contribui para a ampliação da própria noção de participação social nos limites da “institucionalidade da sociedade capitalista.

#### **1.4. A vinculação do Serviço Social aos Programas de Desenvolvimento de Comunidade**

No Brasil, a origem e o desenvolvimento do Serviço Social vêm de uma estreita relação com as organizações religiosas, tendo como principal representante a Igreja Católica, cujas ações do apostolado social se voltavam para a caridade, a filantropia e a benevolência. Segundo Faleiros, o Serviço Social prestado estava ligado a um tipo de trabalho social que:

Consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida. (FALEIROS, 2011, p. 88).

Com o advento da industrialização, seguido das experiências de urbanização, na virada do século XIX para o século XX, as relações de sociabilidade se redefinem no Brasil, abrindo espaço para a consolidação do capitalismo, com todas as suas particularidades históricas e culturais do país. Essa nova forma de produção de mercadorias gera uma nova organização social dividida em *classes sociais*, em que uma minoria tinha em seu poder a posse privada de bens de produção.

Vemos em Martinelli que:

O capitalismo, gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa (MARTINELLI, 2005, p.54).

Com isso, uma parte significativa da população sente os efeitos desse novo modo de produzir e, vivencia o ônus desse modo produção que são o agravamento das expressões da “questão social”. Por “questão social”, concordamos com lamamoto (2001), trata-se do:

Conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e, o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

Posto isso, cabia às Igrejas o papel de acalmar os conflitos da população devido às fortes desigualdades e explorações que a população vivenciava. Nesse contexto não havia a profissão de Serviço Social e, não havia uma regulamentação para ser seguida. O que encontrávamos nessa conjuntura eram as damas de caridade que poderiam ser chamadas de *assistentes sociais* e, que atuavam de forma voluntária nas atividades assistenciais desenvolvidas pela Igreja.

Com a intensificação da industrialização e, sem qualquer preocupação com as condições de produção dos trabalhadores, sobretudo a partir da Revolução de 1930<sup>11</sup> as tensões sociais agonizam e, a questão social se intensifica, demandando

---

<sup>11</sup> A Revolução de 1930 fez com que o Estado passasse a exercer a sua função reguladora na área social, que antes era deixando nas mãos do mercado, que respondia de forma pontual e informal às reivindicações dos trabalhadores e dos segmentos empobrecidos da população, e tratando como caso de polícia o enfrentamento das expressões da questão social. Somente a partir de 1930 que o Estado passa a intervir de forma direta nas questões do mundo do trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

dos segmentos dominantes, intervenção nas refrações da questão social. A *assistência social* utilizada para acalmar a massa já não mais respondia às necessidades daquele contexto de avanço industrial e piora nas condições de reprodução material e espiritual dos trabalhadores brasileiros. Fez-se necessário uma intervenção social de forma institucionalizada, deixando de lado a caridade para uma intervenção qualificada e, com conhecimento técnico ao novo momento histórico.

Temos então a profissionalização dos técnicos sociais para a intervenção dessa nova realidade. Cria-se a primeira Escola do Serviço Social (em São Paulo, em 1936), cujo foco é a qualificação profissional para intervir nas novas demandas do capital.

No contexto brasileiro o Serviço Social teve início nos anos 30 também vinculado a Igreja Católica e por iniciativa dos setores da burguesia. Martinelli (2010) aponta que o *modelo* seguido foi o europeu que:

Ao chegar ao Brasil, o Serviço Social encontrou já a esperá-lo uma missão e uma causa, as quais demandavam um imediato engajamento, até mesmo no sentido de somar esforços com aqueles que por elas estavam lutando. (MARTINELLI, 2010, p. 127)

Aqui no Brasil, a partir da década de 1940, o processo de industrialização estava em franco desenvolvimento e, se fazia necessário responder, minimamente, às demandas da classe trabalhadora, que reivindicava por melhores condições de moradia, alimento, saúde e leis que assegurassem sua condição de trabalhador.

A introdução do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil segundo Vieira (1981, p. 249) foi logo depois do fim da segunda Guerra Mundial, “com o regresso dos primeiros assistentes sociais brasileiros que estudaram nos Estados Unidos.” Esses atores sociais foram enviados aos EUA para “o intercâmbio sociocultural e técnico-científico entre os Estados Unidos e demais países “subdesenvolvidos” passou a fazer parte da agenda política destes países, materializado na concessão de bolsas de estudo e programas de qualificação” (ORTIZ, 2007, p. 93)

Em 1945, o Ministério da Agricultura brasileiro assinou junto a entidades privadas americanas o primeiro acordo de “cooperação” internacional, dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR).

---

Fica claro que o desenvolvimento de comunidade realizado no Brasil na sua origem está intimamente ligado à reprodução da ideologia norte americana. Temos em Castro que a OEA:

Influenciou de forma direta a formação e pratica dos assistentes sociais latinos americanos, mobilizando ideológica, política e economicamente a proposta norte-americana de desenvolvimento de comunidade como técnica e campo de intervenção profissional. (CASTRO, 1993, p.131).

A vinculação dos assistentes sociais ao processo de Desenvolvimento de Comunidade se deu devido ao histórico e, ao conhecimento “técnico” que os profissionais tinham em relação ao trabalho junto à comunidade. A experiência com a administração de serviços comunitários foi, também, um fator relevante para essa vinculação. Castro (1986) corrobora dizendo que:

Os assistentes sociais foram integrados aos planos de desenvolvimento comunitário, já que se considerava que neste campo a sua intervenção seria de grande valia – quer porque mostrassem múltiplas aptidões coincidentes com programas, quer porque na sua formação profissional prévia estavam contemplados conhecimentos acerca de trabalho com grupos e, em muitos casos, acerca da administração de serviços comunitários. (CASTRO, 1986, p.147).

Essa vinculação trouxe para o Serviço Social um impacto sobre a profissão, pois com essa incorporação houve uma valorização profissional, já que, essa posição lhe atribuiu novas responsabilidades e, lhe conferiu uma posição melhor no interior das administrações públicas. Trata-se aqui, do debate sobre a profissionalização do Serviço Social, onde destacamos aspectos importantes da trajetória da profissão no Brasil, como a legitimidade social da profissão, a chamada “identidade profissional”, o *ethos* e a cultura profissional, dentre outros temas fundamentais para a reflexão sobre a formação e a prática profissional do assistente social, temas que não serão trabalhados nessa monografia.

Vimos até aqui o DC estritamente voltado para o desenvolvimento econômico e, a instauração de um modelo econômico. Porém, partimos do pressuposto que o desenvolvimento econômico por ele só não leva ao desenvolvimento humano. Ao nos depararmos com a realidade das comunidades haitianas, verificamos que para além das carências materiais e, portanto, para o chamado desenvolvimento econômico, é necessário criar vínculos que possam garantir o desenvolvimento humano, visto assim numa perspectiva mais ampla.



Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propôs em seu primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, que o bem-estar humano fosse considerado como a finalidade do desenvolvimento.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (PNUD, 2012, p. 1).

Diante do exposto observamos que o conceito da ONU para o desenvolvimento humano é um processo pelo qual se busca a igualdade de oportunidades para as pessoas, dando-lhe condições de vida mais “humanizada” por meio da garantia de acesso aos direitos humanos.

As reflexões aqui condensadas expressam a nossa preocupação com os *direitos humanos*. Queremos, por meio da sistematização da experiência de Desenvolvimento Comunitário vivenciada com uma comunidade haitiana, contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre essa modalidade de “trabalho social”, identificando os limites e as possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa e emancipada. Queremos também, publicar a experiência haitiana vista como busca por favorecer a melhoria das condições de vida da comunidade, através do fortalecimento das potencialidades individuais e coletivas.

## CAPITULO II – HAITI, QUE PAÍS É ESSE?

### 2.1. Descrição do Haiti

A República do Haiti está situada no continente americano, o país ocupa o terço ocidental da Ilha Hispânica fazendo fronteira com a República Dominicana. O Haiti é o terceiro maior país do Caribe tendo uma extensão territorial de 27.750 quilômetros quadrados, ficando atrás apenas de Cuba e da República Dominicana.

Figura 1: Mapa Haiti



Fonte: <http://geology.com/world/haiti-sa1>

O primeiro a ocupar as terras do que hoje chamamos de Haiti foi Cristóvão Colombo, em 5 de dezembro de 1492, nessa pequena ilha ele se estabeleceu e, segundo suas palavras parecia ter encontrado o *paraíso*:

As altas montanhas que separavam as vastas planícies e os amplos vales; pássaros de todos os tamanhos e de todas as cores; árvores majestosas, bosques densos... Ao redor do oceano, várias ilhotas como esfinges faziam guarda. (LOUIDOR, 12, p. 2013.)

Colombo estabeleceu a colonização espanhola até 1540, quando a ilha teve grande influência francesa e, em 1697 a França conseguiu o controle total da Ilha.

Após anos de exploração e opressão, o povo se organizou, liderado por Toussaint Louverture e o inesperado e improvável aconteceu: uma revolta de escravos que resultou na independência em 1804. “Os negros escravos do Haiti tinham derrotado o glorioso exército de Napoleão Bonaparte” (GALEANO, 2011). E esse fato coloca ou deveria colocar o Haiti no marco da história mundial, mas se perguntarmos para qualquer pessoa ou fizermos uma rápida pesquisa nas enciclopédias a respeito dos países que foram pioneiros na abolição da escravatura ou o primeiro a se tornar livre na América não encontraremos o Haiti e, sim a Inglaterra, como o primeiro a abolir a escravatura e, os Estados Unidos como o primeiro do continente americano a se tornar independente.

Esse fato chama a nossa atenção para essa nação, pois a despeito do Haiti ter sido a mais rica das colônias francesas no século XVIII e a primeira república negra a livrar-se do sistema colonial da escravidão, no final do século XX, seria lembrado apenas como o país mais pobre do continente. (MARQUES, 2013, p. 69)

Infelizmente, ao longo de sua história, o Haiti só coleciona esse feito revolucionário que foi capaz de mudar a sua história e, que para isso pagou e ainda paga um preço altíssimo por este protagonismo. Hoje a ex-colônia francesa é marcada por ditaduras, conflitos, exploração e opressão, ocupando a 168<sup>o</sup> posição do Ranking IDH Global 2014 (ONU, 2015). Considerando todos os países da América, apenas o Haiti permanece no grupo de Baixo Desenvolvimento Humano<sup>12</sup>. Ficando acima somente de países como Afeganistão, Djibouti, Costa do Marfim, Gambia, Etiópia, entre outros.

**Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Baixo**

POSIÇÃO	PAÍS	IDH
159	Camarões	0,488
159	Tanzânia	0,488
161	Mauritânia	0,487

---

<sup>12</sup> O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde o ano de 1993; nele é utilizado como critérios de avaliação a renda, saúde e educação a fim de medir o desenvolvimento humano em 177 países. Os índices são caracterizados como alto, médio e baixo desenvolvimento humano.

162	Lesoto	0,486
163	Senegal	0,485
164	Uganda	0,484
165	Benim	0,476
166	Sudão	0,473
166	Togo	0,473
168	Haiti	0,471
169	Afeganistão	0,468
170	Djibouti	0,467
171	Costa do Marfim	0,452
172	Gâmbia	0,441
173	Etiópia	0,435
174	Malauí	0,414
175	Libéria	0,412

**Fonte: PNUD (2013)**

Segundo o Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHSI) o contingente populacional em 2015 é de aproximadamente 10.911.819 milhões de habitantes, sendo que cerca de 2,5 milhões da população vivem na capital Porto Príncipe e, cerca de 60% da população vive em áreas rurais. A densidade populacional média era de cerca de 750 pessoas / km<sup>2</sup>.

A população do Haiti é composta por uma maioria de negros (mais de 95% da população total) o *Kreyòl ayisyen* (crioulo haitiano) e o francês são as línguas oficiais.

De acordo com a Constituição de 1987 da República do Haiti, o território do país está dividido e subdividido em 10 Departamentos. O Departamento é a maior divisão territorial e, tem “personalidade jurídica” e goza de autonomia. Esses dez departamentos contêm quarenta e dois (42) distritos<sup>13</sup>, totalizando 135 de municípios.

---

<sup>13</sup> O distrito abrange uma série de municípios. Em áreas que vão 45,7-1.942 km<sup>2</sup>, os distritos muitas vezes correspondem a bacias ou sub-bacias e bacias com uma certa unidade geográfica.

Tabela 2: Departamentos do Haiti

<b>Departamento</b>	<b>Capital</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>
<b>Artibonite</b>	<b>Gonaïves</b>	<b>4 984</b>	<b>1 168 800</b>
<b>Centro</b>	<b>Hinche</b>	<b>3 675</b>	<b>564 200</b>
<b>Grande Enseada</b>	<b>Jeremias</b>	<b>1 500-2 000</b>	<b>603 894</b>
<b>Nippes</b>	<b>Miragoâne</b>	<b>1 500-2 000</b>	<b>266 379</b>
<b>Norte</b>	<b>Cabo Haitiano</b>	<b>2 106</b>	<b>872 200</b>
<b>Nordeste</b>	<b>Forte Liberdade</b>	<b>1 805</b>	<b>283 800</b>
<b>Noroeste</b>	<b>Porto-da-Paz</b>	<b>2 176</b>	<b>488 500</b>
<b>Oeste</b>	<b>Porto Príncipe</b>	<b>4 827</b>	<b>2 943 200</b>
<b>Sudeste</b>	<b>Jacmel</b>	<b>2 023</b>	<b>518 200</b>
<b>Sul</b>	<b>Les Cayes</b>	<b>2 794</b>	<b>745 000</b>

**Fonte: IHSI, 2015**

De acordo com o IHSI a população do Haiti tem uma estrutura jovem. Mais da metade da população tem menos de 24 anos. Pessoas menores de 24 anos representam 54,92% da população; 40,89% têm idade entre 25 a 64 anos; enquanto a população com 65 anos ou mais, é de 4,18%.

**Tabela 3: Estrutura Etária**

<b>Faixa etária</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
0-14 anos:	33,29%	1.656.647	1.678.156
15-24 anos	21,64%	1.093.024	1.094.591

25-54 anos:	35,78%	1.801.988	1.815.819
55-64 anos:	5,11%	247.588	269.103
65 anos ou mais	4,18%	188.952	234.151

**Fonte: IHSI 2015**

Segundo estatísticas da PNUD a pobreza no Haiti é extrema, as estatísticas apontam que 24,7% dos haitianos vivem com menos de 1,25 dólares por dia e, 58,6% com menos de US \$ 2,5 por dia.

A economia da República do Haiti está baseada quase que exclusivamente na agricultura. Este setor emprega sozinho, aproximadamente, a metade da força de trabalho. A agricultura é praticada para subsistência e, os métodos de cultivo utilizados ainda são rudimentares. Os principais produtos cultivados são: café, manga, cacau, cana de açúcar, arroz, milho. O país ainda é incapaz de prover o alimento para a sua população e, com isso o país se encontra como o maior importador de alimentos no Caribe.

O setor industrial ainda não gera impactos na economia do país, tendo em vista ser baseado apenas na indústria têxtil, refino de açúcar, moagem de farinha e produção de cimento. As instalações do setor industrial existentes estão concentradas em Porto Príncipe. Pesquisas feitas por Saint-Vil (2009) mostram que:

A indústria é em grande parte dedicado ao processamento de produtos agrícolas: café, açúcar, sisal, cimento, farinha, rum e cigarros. A indústria de transformação produz principalmente produtos têxteis, plásticos e cimento. Algumas fábricas de montagem (roupas, equipamentos elétricos, brinquedos) trabalham para exportação. Usinas hidrelétricas, incluindo o Rio Artibonite, fornecem 70% da energia necessária no país. (SAINT-VIL 2009.p 74)

As características climáticas colocam o Haiti em situação de vulnerabilidade, pois os riscos naturais são constantes. O território do país se encontra, geograficamente, em uma região com altos índices de abalos sísmicos, tufões, inundações, furacões e terremotos, tendo o último ocorrido em 2010. Segundo Agência Central de Inteligência (CIA) o Haiti fica no meio do cinturão de furacões e, sujeito a fortes tempestades de junho a outubro; inundações e terremotos ocasionais; secas periódicas. (CIA, 2015).

De acordo com o Relatório Final da avaliação técnica das ameaças naturais da cidade de Croix-des-Bouquets<sup>14</sup>, o pesquisador Lentini diz que o país é exposto a vários tipos de desastres naturais, 96% da população vive em uma área ameaçada pela seca, ciclones, tempestades tropicais, que ativam deslizamentos de terra e enchentes (LENTINI, 2013, p.10).

Nos últimos anos passaram pelo país os furacões Jeanne (2004), Dean e Noel (2007), Fay, Gustav, Hanna e Ike (2008) e Thomas em 2010, Isaac tempestade tropical e Sandy ciclone (2012). Esses furacões afetaram o país causando grandes inundações, perda de colheitas, deslizamentos de terra, destruição de casas, doenças e mortes.

Esses fenômenos naturais provocam no país o agravamento dos serviços já, historicamente precarizados, como o setor da saúde. Presenciamos em 2013 no Haiti a epidemia causada pelo vírus da *chicungunya* ocasião em que toda nossa equipe e outros brasileiros residentes no Haiti foram infectados. Os fenômenos naturais tornam a situação da população haitiana ainda mais crítica, pois segundo a CIA a quantidade de leitos hospitalares é de 1,3 leitos/1.000 habitantes. Esse indicador explica a quantidade de mortes que observamos enquanto estávamos no país.

Embora o Haiti tenha sido por algum tempo, alvo das atenções e preocupações mundial, pouco foi feito para a melhoria das condições dos que vivem em comunidades “onde a insuficiência dos serviços básicos como: saneamento, moradia, água e luz” (SAINT-VIL, 2009, p.70). Essa insuficiência é marca das comunidades haitianas muito antes do terremoto de 2010, quando se constata a potencialização das situações de vulnerabilidade social de parcela significativa da população, por meio do aumento da insuficiência dos já precários serviços básicos.

O que encontramos no Haiti depois de seis anos do terremoto são as marcas de países que foram para salvar o Haiti, porém deixaram um rastro de miséria e dependência gerada pela ajuda estrangeira. Vemos que a ajuda não ajudou e sim, potencializou a dependência. Poucos foram aqueles que levaram a ajuda para as comunidades haitianas.

---

<sup>14</sup> Este documento apresenta um relatório sobre o desenvolvimento de um sistema de investigação científica e prática para avaliação técnica de ameaças naturais. Ele fez uma avaliação inicial vulnerabilidade e permite a identificação de perigos visando a cidade de Croix des bouquets..

Embora o Haiti seja sempre lembrado pelo terremoto de 2010 ou sempre noticiando como o país mais pobre das Américas com base nas estatísticas da ONU, a ilha preserva uma riqueza cultural e um patrimônio histórico e natural fascinante.

Sendo a nação uma mistura de culturas africana, europeia e crioula vemos uma arquitetura belíssima e, por onde passamos somos surpreendidos pela criatividade artística do povo, através das pinturas de quadros, artesanatos feitos de madeira e de ferro, sem falar nos divertidos e coloridos tap taps<sup>15</sup>.

Embora o Haiti seja conhecido por muitos apenas pelo viés da pobreza, essa ilha caribenha possui uma riqueza histórica espalhada por várias cidades e pontos turísticos; riqueza artística com sua música envolvente e artesanato, riqueza cultural em seus monumentos que não os deixa esquecer de suas lutas e vitórias e as suas belas praias. Embora não muito explorado o país possui um inquestionável roteiro turístico. Dentre os locais mais conhecidos e visitados do país entraremos cidades como Cabo Haitiano<sup>16</sup>, Pettionville<sup>17</sup>, a Citadelle Laferrière<sup>18</sup>.

## **2.1. Descrição de Croix-Des-Bouquets**

Croix-des-Bouquets está localizada, geograficamente, no Departamento Norte da capital Porto Príncipe. É a segunda maior cidade do Haiti em termos de área, com cerca de 635 km<sup>2</sup>. De acordo com as estatísticas do IHSI, Croix-des-Bouquets é a quinta cidade mais populosa do Haiti, com aproximadamente 229.127 mil de habitantes (IHSI, 2003).

---

<sup>15</sup> Tap-tap é o meio de transporte público usado no Haiti. É um veículo, em geral decorado com versículos bíblicos e com a pintura de jogadores de futebol especialmente das seleções do Brasil e Argentina. A maioria dos tap-taps operam em percursos fixos, sem horário preciso, partindo assim que estão completos.

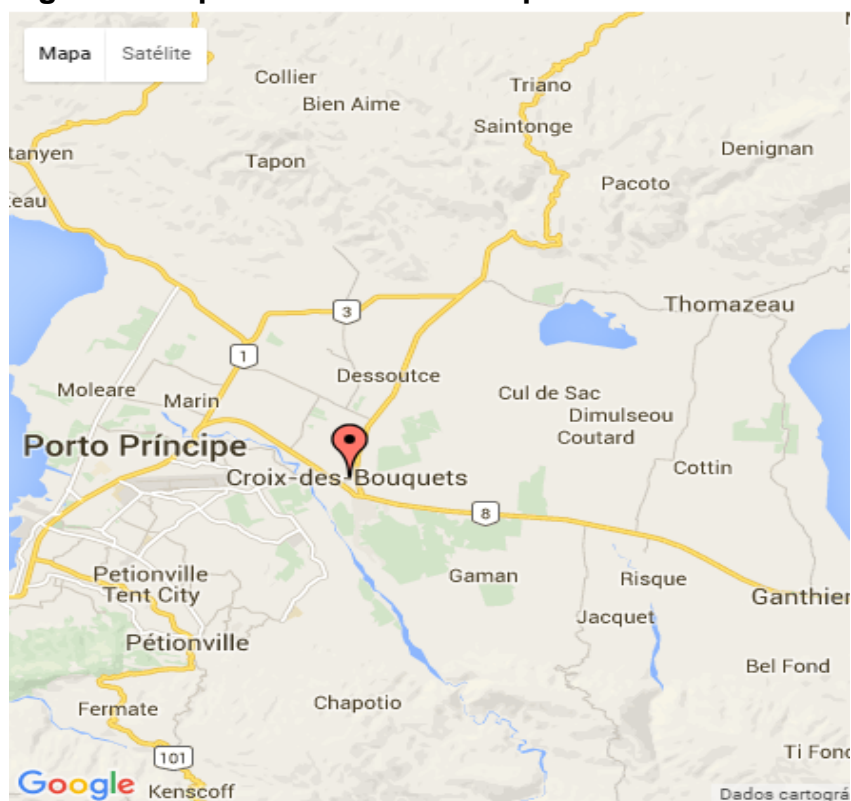
<sup>16</sup> Onde se localiza a paradisíaca Praia de Labadee e, o Palácio de Sans-Souci.

<sup>17</sup> É uma cidade localizada em uma colina, com uma vista panorâmica da capital Porto Príncipe.

<sup>18</sup> A Citadelle foi o primeiro monumento construído por escravos depois que ganharam a liberdade.



**Figura 2: Mapa de Croix-des-Bouquets**



Fonte: <http://www.maplandia.com/haiti/ou 1>

A cidade fica atrás, apenas, da capital Porto Príncipe e de cidades importantes como Carrefour, Delmas 73 e, Pétion-Ville, conforme mostramos na tabela abaixo.

**Tabela 4**

<b>Posição</b>	<b><u>Localidade</u></b>	<b><u>Departamento</u></b>	<b>Pop.</b>
1	<b><u>Porto Príncipe</u></b>	<b><u>Oeste</u></b>	1 234 745
2	<b><u>Carrefour</u></b>	<b><u>Oeste</u></b>	442 156
3	<b><u>Delmas</u></b>	<b><u>Oeste</u></b>	382 920
4	<b><u>Pétionvilles</u></b>	<b><u>Oeste</u></b>	283 052
5	<b><u>Croix des Bouquets</u></b>	<b><u>Oeste</u></b>	229 127

6	<b><u>Jacimel</u></b>	<u>Sudeste</u>	137 966
7	<b><u>Capital-Haïtien</u></b>	<u>Norte</u>	134 815
8	<b><u>Léogâne</u></b>	<u>Oeste</u>	134 190
9	<b><u>Les Cayes</u></b>	<u>Sul</u>	125 799
10	<b><u>Petit Goâve</u></b>	<u>Oeste</u>	117 504

**Fonte: IHSI, 2015.**

A cidade de Croix-des-Bouquets tem uma localização bem estratégica. A cidade é a ligação da capital, por meio de estradas, com o país vizinho, a República Dominicana. Sendo essa a principal saída terrestre do país, constatamos nos dias de sexta-feira um aumento no tráfego de veículos nas principais estradas e, um significativo aumento no fluxo de pessoas e do comércio de rua.

As estatísticas mais recentes que encontramos da população de Croix des Bouquets são de 2007, que de acordo IHSI a população urbana é estimada em 12,4%, e a população rural é estimada em 87,65 %. A distribuição da população por faixa etária tem a seguinte estrutura: 34,5% da população é inferior a 15 anos, 61,5% tinham idade entre 15-64 anos e os 65 e mais representam 4,0%.

Localizada na região metropolitana da capital do Haiti, a cidade é uma das fontes do artesanato do país. Ao caminhar pela cidade podemos ouvir o ressoar do som das batidas das marretas e talhadeiras no processo de transformação de metal bruto em deslumbrantes, e muitas vezes assustadoras, esculturas de ferro.

Croix des bouquets é uma das grandes capitais dos artesãos em “cortar ferro”, o que explica sua fama de ser a capital do ferro. Algumas oficinas chegam a empregar, em tempo integral, mais de uma dúzia de artistas. Segundo a Fundação AfricAmérica<sup>19</sup> “Até o início dos anos 70, o ferro de corte entra plenamente para o ofício do universo haitiano. Esculpir ferro tornou-se uma profissão estabelecida e a transmissão de conhecimentos de mestre para aprendiz produziu várias gerações de

<sup>19</sup> A Fundação AfricAmérica foi criado em 1999 para implementar o Fórum de Arte Contemporânea no Haiti. A Fundação apoia uma rede de instituições parceiras e associações nas Caraíbas, África, Europa, no Oceano Índico e nas Américas, cujo o objetivo é a formação de criadores, a promoção e divulgação da arte contemporânea. site [www.africamerica.org](http://www.africamerica.org)

escultores. Hoje Croix dês bouquets tem cerca de sessenta oficinas e, emprega cerca de 500 artistas, artesãos e aprendizes no comércio”.



Fonte: A Fundação AfricAmérica, 2015

Passando pelas ruas da cidade temos a impressão que estamos em um grande mercado a céu aberto. Todas ou quase todas as necessidades da população podem ser sanadas nas ruas de Croix-des-Bouquets. Nas calçadas encontramos: manga, cana de açúcar, café, algodão, sisal, tabaco, feijão, óleos, roupas, material escolar, automotivo, enfeites para casa, alimentos em geral. Comércio e agricultura são as principais atividades econômicas e com força movimentam a economia da cidade.

Segundo Fils- Aime (2014, 29) “depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010, a Croix-des-Bouquets Município recebeu mais de 300.000 pessoas deslocadas”. Foram tão terrivelmente agravadas as dificuldades do município cuja população mais do que duplicou em menos de um ano. Com esse aumento populacional, a insegurança tomou conta do município que, também abriga uma das mais importantes penitenciárias do país. Devido a esse *crescimento desordenado* casos de roubo e, estupros têm sido muito frequentes. No período do terremoto de 2010 as prioridades foram promover distribuição de alimentos, assistência médica, suprimentos humanitários e o combate contra os perigos das epidemias. Porém a garantia dos direitos humanos e da mulher foram simplesmente ignorados.

O crescimento desordenado no país tornou mais latente a realidade vivida e sentida pela população haitiana e que era ignorada pelo governo, pois bastava passar pelas ruas do Haiti antes do terremoto de 2010 que encontraríamos bairros e periferias sem nenhum planejamento e em péssimas condições sanitárias.

Para o primeiro-ministro, Laurent Lamothe, essa realidade foi sentida após o terremoto, trazendo à tona uma necessidade que já era sentida por muitos haitianos há anos. Segundo ele, o terremoto de janeiro de 2010 destacou a vulnerabilidade do país e a pouca capacidade para “responder aos principais riscos naturais e também trouxe à tona a necessidade urgente de que famílias haitianas tenham acesso à moradia digna e segura” (PNHH, 2013, p. 2).

## **2.2. Descrições de Cottard**

Cottard é um dos bairros de Croix des bouquets. Embora esteja próximo do meio urbano, situado a 12 km da capital Porto Príncipe, encontramos em Cottard um cenário *semi rural* e, falta de saneamento básico. Na comunidade não há energia elétrica nas casas, as ruas se encontram sem pavimentação e sem iluminação pública.

A economia local se baseia no plantio para subsistência, pois parte da população cultiva seus próprios alimentos. Na região há um canavial que auxilia na renda familiar na época de colheita. Essa fonte de renda é alimentada pela fábrica de cachaça que é responsável pela principal e, única atividade econômica formal da comunidade. A fábrica impacta a rotina da comunidade devido ao cultivo da cana de açúcar, colheita e produção da cachaça.

O comércio informal é o ponto forte da comunidade, pois em diversas casas são vendidos produtos de necessidades básicas. Esses produtos por serem adquiridos em grande quantidade na fronteira com a República Dominicana são revendidos a preços mais em conta fazendo com que não seja necessário o deslocamento até os estabelecimentos fora da comunidade.

Na visita que fizemos em janeiro de 2012, dois anos depois do terremoto, encontramos muitas barracas doadas pela ONU e ONGs. Em 2014, observamos que o contingente populacional de Cottard quase que dobrou. Embora de forma bem precária a população tem se organizado e feito pequenas construções e se fixado na comunidade. Aquilo que era um abrigo temporário, tornou-se local fixo de

moradia. O cenário semi rural começa a ser substituído por uma área urbana, com diversas construções e substituição das casas improvisadas.

Em Cottard, como em grande parte do país, não existe um sistema de distribuição de água encanada. A forma mais comum de abastecimento é através dos poços artesianos, para aqueles que o possuem em sua residência. Para parte significativa da população o abastecimento é via os poços artesianos espalhados pela comunidade, em sua grande maioria perfurados pela ONG Water For Life<sup>20</sup> (Água para a vida) ou comprada nos postos fixos na comunidade.

A situação de distribuição da energia elétrica não difere muito da distribuição da água. Em Croix dês Bouquets há um escritório da companhia que distribui a energia elétrica para a cidade. A Eletricidade do Haiti (EDH) não possui a capacidade de atender as necessidades da população. Diferente do que temos aqui no Brasil, 80% dos equipamentos elétricos (transformadores, cabos, postes, etc.) são comprados por indivíduos que querem para eletrificar suas casas. As pessoas podem passar dias sem eletricidade.

Lembrando que a corrente não é disponibilizada 24 horas para todo o país. Na região de Croix dês bouquets a corrente tem a permanência de 6 a 8 horas diárias e, sem controle de quando será disponibilizada.

No que tange as crianças de Cottard, que foram alvo da nossa intervenção, a realidade presenciada não é nada animadora por se tratar de um reflexo cruel da realidade de todo o país.

No Haiti existe uma grave crise de proteção aos que estão na tenra idade, devido o grande número de órfãos e crianças separadas dos seus familiares após o abalo sísmico de 12 de janeiro de 2010.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) "cerca de 40 por cento dos haitianos têm menos de 14 anos" e quando ocorreu o sismo 300 mil crianças haitianas viviam em orfanatos, das quais 50 mil perderam os pais.

De acordo com o documento Um Haiti para as Crianças e os Adolescentes <sup>21</sup> cerca de 50% das crianças e adolescentes não frequentavam o ensino fundamental

---

<sup>20</sup> Água Para a Vida é uma organização sem fins lucrativos que desde 1983 tem trabalhado com a perfuração de poços no Haiti. Sendo em algumas comunidades a única fonte de água própria para o consumo.

<sup>21</sup> O documento Um Haiti para as Crianças e os Adolescentes é uma iniciativa do Movimento Global pela Criança (Global Movement for Children), instituído como resultado da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança.

e menos de um quarto frequentava a pré-escola, e que de 7 em cada 10 crianças, suportavam alguma forma de privação (alimento, saúde, educação, água potável, saneamento, abrigo e informação). A falta de serviços de saúde, informação, educação e aconselhamento familiar afetava negativamente a saúde dessa nova geração de haitianos.

Essa é a realidade que encontramos nas ruas de Cottard na primeira e na segunda intervenção no local. O grande número de crianças não acompanhadas durante quase o dia inteiro e sem uma atividade dirigida para o seu desenvolvimento humano chamou a nossa atenção e nos faz refletir a cerca do processo de desenvolvimento em que essas crianças estão submetidas. Segundo a UNESCO o desenvolvimento da criança é o “processo de crescimento e de mudança nos campos físico, comportamental, cognitivo e emocional, ao longo da vida dos seres humanos” (UNESCO, 2013, p.16).

Consideramos que esse processo está sendo prejudicado tendo em vista os responsáveis não terem total dimensão da profundidade do mesmo. Pois é na tenra idade que a criança aprende sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Diante dessa realidade propusemos a prática do esporte como um vetor capaz de responder parte significativa nas necessidades básicas dessas crianças em seu processo de desenvolvimento enquanto seres humanos.

## **CAPÍTULO III - ESPORTE: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL**

Consideramos que o esporte tem uma linguagem universal capaz de atingir pessoas de todas as classes sociais e auxiliar no desenvolvimento humano. Alcançando lugares mais remotos e empobrecidos a prática esportiva vem gerando valores e habilidades que são fundamentais para a inclusão social. Para facilitar nossa compreensão abordaremos o conceito de esporte e como suas práticas tem sido instrumento do desenvolvimento ao redor do mundo.

### **3.1. O esporte e seus conceitos**

Temos em Betti (1991) o seguinte conceito:

O esporte é uma ação social institucionalizada composta por regras, que se desenvolve com base lúdica, em forma de competição entre dois ou mais oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, por meio de comparação de determinar o vencedor ou registrar o recorde. Os resultados alcançados pelos praticantes são resultantes das habilidades ou estratégias utilizadas por estes, e podem ser intrínsecas ou extrinsecamente gratificantes. (BETTI, 1991, p.179).

Para a autora o foco da prática esportiva está voltado para o desenvolvimento da parte lúdica, que segundo ela deve ter o propósito de desenvolver a diversão, descontração e a interação pessoal, embora ocorra a disputa entre os oponentes, sejam guiados por regras e busque a quebra de recordes.

Divergente a essa visão encontramos um conceito mais voltado para a competição em Bracht (2005) que concebe o esporte com o “uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgida no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII” (BRACHT, 2005, p.14)

Em Kolyniak Filho (1997), temos o esporte como uma:

É uma atividade realizada na forma de jogo (no sentido de que não há certeza absoluto antecipada de seu resultado) em que duas ou mais pessoas confrontam determinadas habilidades motoras específicas, em condições e limites espaço-temporais preestabelecidos, registrados e controlados publicamente, sendo o resultado de tal confronto passível de comparação com resultados verificados em outras competições similares. (KOLYNIAC FILHO, 1997, p. 44)

Diante dos três conceitos expostos acima podemos considerar que os três autores seguem a diferenciação posta na Comissão de Reformulação do

Esporte Brasileiro (1985), que diferenciam os conceitos de esporte em três manifestações: desporto - educação; desporto-participação e desporto-performance.

Compreendemos que para a inclusão social as três manifestações têm papéis importantes. Consideramos que o esporte educacional é uma prática social que oportuniza a troca de saberes, uma valorização das diferenças e um campo privilegiado para a inclusão social.

Por sua vez o esporte-participação é voltado para o prazer pela prática e com o viés lúdico auxiliar no processo de aprendizagem, desenvolvimento pessoal e a interação social. Outro fator determinante é o preenchimento do tempo ocioso livrando o indivíduo do ócio e tédio.

Já o esporte de performance ou de rendimento tem duas de suas características que são preocupantes: seletividade e a exclusão, pois o foco está muito mais voltado para o desempenho em uma competição, que para processo que o fez chegar a competição. Apesar disso, essas duas características são fundamentais para a disciplina e comprometimento com o esporte.

### **3.2. Esporte Para Todos**

Através das iniciativas do Esporte Para Todos a ONU busca maximizar o acesso de grupos da sociedade, independente de gênero, idade, habilidade ou raça, a prática esportiva com o intuito de elevar a sua qualidade de vida e bem-estar social em lugares mais remotos e que sofreram algum tipo de catástrofe natural.

De acordo com Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz a prática de esportiva contribui diretamente para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>22</sup> (ODM).

Segundo o documento o esporte:

---

<sup>22</sup> Nesse documento se consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90. Nelas temos um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo. Na conferência oito objetivos gerais foram identificados:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- 2 - Atingir o ensino básico universal.
- 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil.
- 5 - Melhorar a saúde materna.
- 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental.
- 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.



É uma ferramenta inovadora e eficaz para auxiliar nos esforços existentes no sentido de se atingir objetivos específicos, tais como os da educação, da igualdade, do gênero, do HIV/AIDS e da redução de determinadas doenças. (ONU, 2003. p,11).

Sendo assim os programas esportivos quando bem elaborados e comprometidos com o ideário do desenvolvimento humano, abrem novas oportunidades para alcançar a inclusão social.

Com base nessa concepção entendemos que as atividades esportivas são meios para o desenvolvimento pessoal, interpessoal e interação social. As práticas esportivas têm valores e habilidades que precisam ser apreendidos por seus participantes.

Valores e Habilidades do esporte segundo a ONU, 2003.	
Cooperação	Como lidar com a competição
Comunicação	Jogar limpo
Respeito às regras	Compartilhar
Resolução de problemas	Autoestima
Compreensão	Confiança
Conexão com a outros	Respeito próprio
Liderança	Tolerância
Respeito pelo outro	Resistência
Valor do esforço	Trabalho em equipe
Como ganhar	Disciplina
Como perder	Autoconfiança

Compreendemos que o esporte é uma ferramenta para a transformação de comunidades especialmente em contextos de pós-catástrofe e de extrema pobreza. Temos no programa de Educação de Jovens através do Esporte (YES - Youth Education through Sport) uma inspiração para acreditar que é possível levar o desenvolvimento de comunidade a lugares mais inóspitos do mundo.

Desde 2000 o YES vem desenvolvendo um programa de educação e esporte que segundo a ONU, 2003. E já alcançou 25.000 jovens em 10 províncias do Zimbábue. A base do projeto é a participação e a valorização da liderança local. Em muitos projetos de intervenção internacional vemos a participação de estrangeiros

tentando investir na comunidade, sem levar em consideração as peculiaridades que nenhum estrangeiro irá conseguir compreender se não for parte daquela comunidade. A estratégia do YES se baseia na intervenção onde:

Cada participante deve se comprometer a permanecer na escola e a prestar serviços voluntários na comunidade. O objetivo do programa é que os jovens obtenham habilidades para a vida, se tornem educadores dos colegas e contribuam para suas comunidades como modelos positivos. (ONU, 2003, p.16).

Sabemos o quanto é profunda a desigualdade social em países como o Haiti. Porém, insistimos que os programas sociais, como o que estivemos envolvidas durante a nossa permanência naquele país, podem se caracterizar como ferramentas valiosíssimas para minimizar as precárias condições de vida de parcelas significativas daquela sociedade, como: crianças, adolescentes e jovens, historicamente mais vulneráveis em países com altos índices de concentração de renda, riqueza e de poder. Sabemos, enfim, que a simples prática do esporte não resultará na inclusão social. Mas, cabe aqui destacar que o esporte não é um fim em si mesmo, mas um meio através do qual podemos alcançar o desenvolvimento humano e a formação para a cidadania.

Sendo a prática esportiva uma ação educativa faz-se necessário ser norteadas pelos quatro pilares da educação que são fundamentais ao longo de toda a vida. De acordo com o relatório de Jacques Delors os pilares do conhecimento são:

Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, Jacques 2012, p. 85).

### **1- Aprender a conhecer**

Aqui o aprendizado deve ser entendido como o domínio dos próprios mecanismos do conhecimento. Estamos falando da competência cognitiva que segundo Delors é onde há um “despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia a capacidade de discernir”. (DELORS, Jacques 2012, p. 91)

### **2- Aprender a fazer**

A segunda aprendizagem não se limita apenas a uma tarefa que deve ser aprendida meramente como uma prática rotineira e sim com a capacidade de se comunicar, interagir com o outro, resolver e gerenciar conflitos.

Aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar no fabrico de alguma coisa. (DELORS, Jacques 2012, p. 93)

### **3- Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros**

Um dos maiores desafios do aprendizado se encontra aqui. Sem dúvida o aprender a viver juntos é um dos obstáculos da atualidade. Sobre isto, Delors (2012) nos orienta:

Os seres humanos têm a tendência de supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos em relação aos outros. Por outro lado, o clima geral de concorrência que atualmente caracteriza a atividade econômica no interior de cada país e, sobretudo no nível internacional, tende a dar prioridade ao espírito de composição e ao sucesso individual. De fato, essa competição resulta, na atualidade, em uma guerra econômica implacável e em uma tensão entre os mais e os menos favorecidos, que divide os países do mundo e exacerba as rivalidades históricas. É de se lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar esse clima, devido a uma má interpretação da ideia de emulação. (DELORS, Jacques 2012, p.99)

O processo educativo deve ser utilizar as duas vias que se complementam. A primeira se dá pela descoberta do outro que leva a descoberta de si. Segundo Delors:

Uma vez que a descoberta do outro passa, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e pelo fato de que deve dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela fornecida pela família, pela comunidade ou pela escola, deve, antes de mais nada, ajudá-los a descobrir-se a si mesmos. (DELORS, Jacques 2012, p 98).

O autor ainda complementa dizendo que a prática de esporte é um exemplo pelo qual as tensões entre classes sociais se transformam, pois, no esporte há um prazer do esforço comum e um sentimento de solidariedade.

### **4- Aprender a ser**

Nesse pilar temos a educação como contribuinte do “desenvolvimento total da pessoa”, ou seja, seu “espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”. (DELORS, Jacques 2012, p 90).

Todo o ser humano deve estar incluso no processo que lhe dá mecanismos que o leve a ter um pensamento “autônomo e crítico para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida” (DELORS, Jacques 2012 p 90).

Com base nesses quatro pilares o projeto dos Treinadores para Todos os Continentes<sup>23</sup> tem usado um modelo único de autoaprendizagem que se baseia em conduzir pessoas para identificar, tratar e resolver os problemas de sua comunidade através do esporte e educação. O projeto tem por objetivo investir em jovens das comunidades locais para o aprofundamento e reconhecimento de suas potencialidades e habilidades, bem como questionar a respeito a sua própria realidade vivida em cada contexto social.

Segundo o relatório anual de 2015 o impacto social ao redor do mundo chama a nossa atenção, pois o projeto Autoaprendizagem está sendo realizado em 29 países, atendendo 89 comunidades através de 1.120 programas de impacto na realidade social, com 3.842 treinadores comunitários certificados e mais de 388.576 crianças alcançadas através do futebol.

### **3.3. O esporte como vetor de desenvolvimento no contexto haitiano**

Além de inspirar e mobilizar pessoas o esporte tem a capacidade de facilitar o processo educacional, integração social, promoção da igualdade de gênero e da saúde em pequenas comunidades onde apresentam menor grau de desenvolvimento.

Consciente disso, junto com o Projeto por um Novo Haiti<sup>24</sup> que visa levar desenvolvimento comunitário para comunidades vulneráveis, desenvolvemos um projeto que na primeira fase buscamos promover o protagonismo comunitário através da entrada na comunidade, sensibilização, diagnose e fomento de projetos de iniciativa popular.

---

<sup>23</sup> Coaches Across Continents (CAC) – Treinadores em Todos os Continentes - É um projeto iniciado em 2008 no Reino Unido com o intuito de capacitar treinadores de futebol para intervir em comunidades com projetos do desporto para a educação e impacto social que incide sobre questões locais, tais como: empoderamento feminino, igualdade de gênero; prevenção de conflitos, saúde e bem-estar, prevenção do HIV / AIDS; direitos da criança; habilidades de vida vitais; e diversão.

<sup>24</sup> Projeto da ONG Junta de Missões Mundiais (JMM) é uma organização não governamental da Convenção Batista Brasileira. Ao longo desses 108 anos tem desenvolvido projetos que contribuem especificamente com quatro áreas de desenvolvimento humano: a luta contra a pobreza e a fome; Educação; Saúde; e Desenvolvimento Comunitário.

Iniciamos uma ação na comunidade no início de dezembro de 2013 com a elaboração de um *questionário social*. Este questionário teve como objetivo conhecer os aspectos socioeconômicos, habilidades e potencialidades da comunidade, bem como visualizar o perfil da comunidade de Cottard. O questionário foi estruturado em 6 partes: Identificação, educação, habilidades e interesses, profissão, saúde e religião. Foram feitas perguntas abertas e fechadas.

Em janeiro e fevereiro, do ano seguinte, entramos na comunidade de Cottard, aplicamos o questionário com a ajuda de alguns haitianos que já identificávamos como possíveis lideranças locais.

Em março, analisamos o questionário e produzimos uma apresentação para a comunidade. Reunimos os líderes em potencial, que identificamos através do questionário e a disponibilidade de realizar algum tipo de trabalho voluntário. Apresentamos um perfil da comunidade de Cottard, para começarmos a construir projetos de intervenção. Seriam ações que os líderes identificaram como necessidade e que com o seu próprio recurso material e humano seria realizável, sem o auxílio exterior.

Nesses encontros enfatizamos que uma das necessidades do Haiti não era o recebimento de mais dinheiro para que o desenvolvimento social e comunitário acontecesse. No Haiti há muitas ONGs prestando serviço a sua população sem utilizar a melhor matéria do Haiti que são os próprios Haitianos. Portanto, na ocasião, focávamos nossos esforços para mostrar que não era de “lajan”<sup>25</sup> que o Haiti precisava e sim de “jan”<sup>26</sup> pessoas que pensassem no desenvolvimento da comunidade e, que sendo assim, estávamos ali como facilitadores por ter experiências em determinadas áreas.

Após essas exposições realizamos algumas *Oficinas sobre Motivação, DC e Elaboração de Projetos*. Visualizamos algumas ações que foram realizadas na comunidade e em todas não víamos um projeto que respaldasse ou apostasse para qual direção a liderança estava seguindo. Havia um recolhimento de dinheiro da comunidade e dos comerciantes locais, mas as ações não tinham concretização nem continuidade. Logo, essas ações causavam mais insegurança na comunidade e menos motivação para atuar no seu desenvolvimento.

---

<sup>25</sup>Tradução dinheiro

<sup>26</sup> Tradução gente

Dentre algumas propostas direcionadas a comunidade, houve uma que mais nos chamou atenção: o desejo de realizar uma atividade esportiva para atender aos meninos que ficavam nas ruas. Esse contingente aumentava de forma significativa devido às férias escolares que ocorrem nos meses de julho – setembro. Baseados nisso, elaboramos um *Projeto de Intervenção* através esporte, especificamente o futebol.

Com base no que foi apresentado no questionário, verificamos que muitas crianças não estavam na escola e passavam a maior parte de seu tempo na rua. Quando perguntávamos sobre habilidade e interesse uma porcentagem significativa disse que gostava de futebol. Por outro lado, víamos na comunidade um grande número de jovens disponíveis e dispostos para trazer a mudança social na comunidade, mas sem a compreensão do potencial que o esporte tem para facilitar esse processo e das suas habilidades para atuar como treinador.

Com a habilitação do Centro de Formação de Líderes para América Latina<sup>27</sup> (CEFLAL), demos um treinamento esportivo aos líderes que se disponibilizaram a pensar algumas ações de prática esportivas. Verificamos que as atividades esportivas na comunidade era uma possibilidade de intervenção, pois em Cottard há quatro campos de futebol e nenhum projeto para intervir na realidade das crianças. Desta forma, juntamente com quatro líderes da comunidade elaboramos um projeto chamado: *Futebol para Transformação de Vidas*. Pois entendemos que a prática esportiva é uma atividade funcional para auxiliar no desenvolvimento social, físico, emocional das crianças e adolescentes que vivem na comunidade.

Tendo em vista o nosso curto período no Haiti, nosso intuito era dar bases para construir na comunidade projetos similares ao do GOALS<sup>28</sup>. Os programas da GOALS incluem treinamento de equipes de futebol, projetos de alfabetização, programas saúde e bolsas de estudo. Através do desporto promove acesso a saúde,

---

<sup>27</sup> O Ceflal é um movimento que busca contribuir para o desenvolvimento pleno e de qualidade do ministério esportivo. Através da Coalizão Brasileira de Esporte que representa a Coalizão Internacional de Esportes (ISC – International Sports Coalition) no Brasil, tornando possível a execução dos programas estratégicos de intervenção social, recrutamento, capacitação, coordenação e implementação de ministério esportivo em todo o país.

<sup>28</sup> G.O.A.L.S ( *Global Outreach And Love of Soccer*) - é uma organização sem fins lucrativos de origem estadunidense, que usa o futebol para envolver crianças e suas famílias aos projetos esporte para desenvolvimento desde 2010, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e capacitá-los para fazer mudanças a longo prazo.

nutrição, saneamento, igualdade de gênero e educação e sensibilização para participação do desenvolvimento local.

### **3.3.1. Esporte e saúde**

O Haiti possui um sistema nacional de saúde bem desafiador, pois segundo o Ministério da Saúde Pública da População (MSPP), no país 60% da população tem acesso aos serviços básicos de saúde. Esses serviços são privados, não respondem às necessidades da população e em muitas comunidades rurais não há unidade básicas de saúde. Mas, a realidade dos mais pobres não permite que paguem as taxas que os hospitais e clínicas cobram por suas consultas, exames e medicamentos. Os outros 40% da população utilizam de práticas tradicionais de atenção à saúde (MSPP, 2010)

As doenças mais comuns do país são as infectocontagiosas que podem ser explicadas pela falta do saneamento básico, pois apenas 26,4% da população do Haiti têm acesso a serviços de esgoto segundo a UNICEF, 2013.

A prática esportiva nos coloca em uma posição privilegiada para intervir em uma área precária como é a saúde. Através das atividades realizadas nos projetos temos um contingente populacional significativo para dar orientações e trabalhar com a prevenção de doenças. A disseminação das informações são para além dos alunos do projeto, elas alcançam milhares de famílias que recebem orientações a respeito da prevenção de doenças como a cólera, meningite, higiene pessoal, saúde sexual, pressão alta, diabetes, etc.

Segundo o seu Relatório Anual 2014-2015, a Goals investiu em quatro comunidades haitianas (Leogane, Destra, Carrefour Croix e Bossan, Terrasonson), atendendo cerca de 600 crianças por dia e suas famílias. Através do curso de extensão de educação em saúde que se baseia na: lavagem das mãos, nutrição, higiene dos alimentos e orientação acerca de doenças transmitidas por mosquitos, em 2015, 1/3 de crianças com peso abaixo do recomendável avançou no sentido de um peso saudável após seis meses no projeto e 100% das meninas adolescentes sabe como evitar a gravidez e DSTs” graças a aproximação e confiança no projeto.

De acordo com o Relatório anual da *Goals*, 92 % das meninas que fazem parte do projeto dizem ter conhecimento saúde sexual e de como se prevenir das DST. De acordo com as estatísticas da UNICEF (2013) para o Haiti, para 30

adolescentes a média 1,98% ficarem grávidas ao ano. De acordo com o relatório da Goals nenhuma participante do projeto em Terrasonson ficou grávida.

Essas ações juntamente com parcerias de organizações médicas, religiosas e grupos humanitários, fazem com que esse quadro da saúde no Haiti não seja mais terrível, permitindo a população ter acesso gratuito à saúde; se não fosse essa ação parte significativa da população não seria atendida.

### **3.3.2. Esporte e a educação**

A educação, juntamente, com a saúde configura os serviços básicos mais afetados e negligenciados no Haiti. O sistema escolar que já era precário antes do terremoto de 2010 que destruiu e danificou muitas escolas no país, só potencializou o que já era precário. Embora o nosso projeto fosse de curto período a temática educação sempre estava em nossos bates papos, pois nosso intuito era sensibilizar tanto os líderes que estavam sendo formado quando os alunos do projeto.

A questão educacional no Haiti é um entrave de décadas embora na constituição haitiana, de 1987, na sessão F no artigo 32 dispõe que a educação básica é de responsabilidade do Estado e dos governos locais. Porém, antes do terremoto essa obrigação já não era cumprida. O último levantamento da questão educacional em 2003 foi realizado pelo Instituto Haitiano de Estatística em que apresenta a taxa de 49% de analfabetos em idade escolar (5 a 14 anos). No meio rural esse percentual chega a subir para 79%.

Os impactos da intervenção do esporte são sentidos através dos resultados apresentados pela GOALS onde: 23 dos 23 alunos matriculados na primeira classe de alfabetização melhoraram suas habilidades de leitura e escrita e 50% dos estudantes teve resultados suficientes para ser considerada plenamente alfabetizada na sua avaliação final.

Dentre muitos relatos de avanço na área educacional realizado na comunidade de Leoganea pela *Goals*, a história de uma adolescente de 12 anos chamou a nossa atenção. A menina iniciou no projeto tímida, abaixo do peso, mas com grande desejo de jogar futebol. Ao longo de quatro anos de trabalho a menina ganhou habilidade futebolística, se tornou mais forte e saudável e a melhor jogadora da sua equipe.



Em 2014 ela foi observada e recrutada pela Federação Haitiana de Futebol e hoje é a representante de sua comunidade e tem acesso à educação gratuita e a chance para jogar futebol com a equipe nacional feminina sub 12.

Projetos como esse são capazes de atingir crianças que estão a margem e desamparadas pelo sistema educativo convencional, por seus pais não poderem pagar as mensalidades. Ações como essas proporcionam uma chance para crianças que sem essa iniciativa não acessariam um dos direitos fundamentais do ser humano: acesso à educação.

### **3.3.3. Esporte e a igualdade de gênero**

A sensibilização a respeito da igualdade de gênero no Haiti é ainda um desafio para as organizações que atuam naquele país, mas com o trabalho de sensibilização contra a violência de gênero.

O projeto que realizamos em Cottard tinha por dia 38 meninos na idade de 7 a 18 anos que atendiam na parte da manhã e 8 meninas que trabalhávamos a tarde. Uma das questões que buscamos trabalhar no bate papo após o jogo era a igualdade de gênero. Buscando sensibilizar os meninos a respeito da importância, não das meninas como um sexo frágil, mas sim valorizar a necessidade da igualdade entre eles.

Com as meninas realizamos um projeto especial que para além do jogo de futebol, toda quinta-feira realizávamos um projeto Jou Bèl Fi (Dia da Menina Bonita)<sup>29</sup>, que com a ajuda de uma de nossas parceiras trabalhávamos questões de autoestima, higiene, cuidados com a saúde e beleza da menina haitiana.

Com o bate papo após o treino a respeito da valorização das meninas da comunidade e o projeto Dia da Menina Bonita, percebemos uma sensível mudança em relação ao tratamento entre os meninos e meninas da comunidade.

Um caso marcante foi de uma menina de 12 anos que antes de participar do projeto constantemente realizava pequenos atos inflacionários na comunidade e sempre em conflitos com os meninos. A nossa aproximação com ela foi bem sutil, pois buscávamos entender seu contexto familiar. Ela mora em uma barraca doada pela ajuda internacional na época do terremoto de 2010, com seus pais e um irmão. Como muitas meninas do bairro, sua rotina era pegar água na bomba que fica na

---

<sup>29</sup> Devido à fragilidade das relações de gênero no Haiti não demos continuidade com o trabalho com as meninas da comunidade por não haver na comunidade nenhuma jovem para liderar o projeto.

frente da comunidade e ficar na rua com tempo ocioso e em muitos momentos brigando com os meninos que sempre se reuniam na frente de sua porta.

Um dos objetivos da nossa ação através do futebol é ver o potencial da criança e ressaltá-lo para que tenham incentivos na vida, pois estamos tratando de uma comunidade semi rural onde tudo acontece na comunidade e não há muito que fazer.

Usando os valores e habilidades que o esporte promove como respeito às regras, resolução de problemas, liderança, autoestima, confiança, resistência e autoconfiança ela se tornou em uma referência para nós no projeto. Foi gerada na menina a capacidade de lidar com seus conflitos e ainda intervir em outros. Sem dúvida foi desenvolvida ao longo do projeto a capacidade de liderança dessa adolescente com um futuro incerto, mas agora com uma possibilidade de mudança.

Nosso desejo em relação aos meninos e meninas de Cottard é que eles não sejam retirados do seu país para virem ao Brasil treinar ou jogar em algum clube brasileiro, nosso empenho é que os mesmos investimentos que muitos clubes fazem em jogadores haitianos aqui no Brasil façam no Haiti, pois o impacto é muito maior, por alcançar comunidades e famílias.

### **3.3.4. Esporte e a Participação**

Retomamos aqui a participação, pois cremos que para um projeto ser bem-sucedido, faz-se necessário a participação da comunidade local e seus líderes em potencial. De acordo com o conceito de participação que já sinalizamos acima, a participação é fazer parte, tomar parte, ser parte e ter parte na ação. Nosso intuito foi através do treinamento da liderança, deixar na comunidade jovens que visualizassem seu poder de realizar o desenvolvimento na sua comunidade, ou seja, o treinamento é uma forma de empoderamento da liderança local.

Um dos pontos que mais abordamos no treinamento é a questão da orfandade local e mundial, apresentando as estatísticas que mostram que a questão da orfandade tem levado crianças e adolescentes a cometerem pequenos atos inflacionários e em muitos casos tornando-se um problema para a comunidade local, pois com a incidência desses pequenos atos, cresce o índice de violência. A utilização do esporte é uma ferramenta para moldar crianças e adolescentes por ser uma linguagem poderosa no mundo inteiro. Crianças e adolescentes adoram ser ativos. Os grandes eventos desportivos capturam os corações e mentes de pessoas

em todo o mundo. Muitas pessoas pararam para assistir os grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e Olimpíadas.

Um dos momentos do treinamento mais significativo foi quando realizamos uma dinâmica e perguntamos qual o melhor jogador do mundo e imediatamente os nomes de Neymar, Cristiano Ronaldo, Messi foram citados. Após isso questionamos acerca do que esses jogadores poderiam contribuir para a comunidade e quanto tempo o material doado (chuteiras, camisas e bola) duraria? Após as respostas, refletimos sobre o quanto os ensinamentos, princípios e valores que esses jovens da comunidade poderiam ensinar aquelas crianças e o quanto seriam muito mais duradouros que os objetos que possivelmente seriam doados pelos atletas citados. Cremos que eles entenderam que mais do que material esportivo, as crianças da comunidade precisam de pessoas, ou seja, material humano para auxiliar no seu processo de desenvolvimento. Esse é o nosso propósito enquanto facilitadores do processo de desenvolvimento de comunidade através do esporte.

Nosso investimento nesses jovens é torná-los treinadores de futebol e modelos de liderança local e que acreditem em seu potencial e na sua capacidade para desenvolver suas próprias comunidades.

A partir desse treinamento, que é uma forma de motivação para que eles mesmos respondessem uma questão que estava posta na comunidade e que de certa forma os incomodava, começamos a elaborar o projeto para a comunidade com o objetivo de proporcionar um tempo de aprendizado das técnicas de futebol, fortalecimento do caráter, da disciplina e dar uma resposta à orfandade.

Nossa intenção não era que o treinador assumisse o papel do pai, mas que através da sua atuação fornecesse segurança, estabelecesse limites e disciplina, descobrisse o potencial e estabelecesse direção a crianças que passavam o dia sozinhas, sem nenhum adulto; que pudesse acompanhar o seu desenvolvimento, nessa fase tão importante da vida.

O projeto aconteceu de segunda a sexta no período da manhã nos meses de julho a setembro de 2014, contendo treino de futebol e depois um bate papo sobre o que aconteceu no jogo e ações que precisamos ter na vida. Nesse momento os meninos eram orientados a como cuidar do ambiente que eles moram, cuidado uns com os outros e a importância de manter-se estudando.

Foi visto então que após as atividades esportivas, os adolescentes da comunidade estavam mais coesos e motivados para gerar transformação em sua comunidade. Realizamos algumas ações como a coleta de lixo e questionamos sobre o despejo dos mesmos em lugares desapropriados.

No que tange aos líderes que atuaram juntamente conosco, vimos a motivação para produzir projetos maiores para a transformação da sua comunidade. Antes eram jovens que também ficavam na rua sem fazer nada, mas tinham o desejo de intervir na realidade de sua comunidade, porém não sabiam como.

Utilizamos o período do projeto para realizar um campeonato que ocorreu entre as equipes locais que faziam parte do projeto. Percebemos que essa preparação para o campeonato de futebol foi um evento que sensibilizou a comunidade, pois todos souberam do evento e muitos vieram assistir.

Consideramos que a prática do futebol produz um fortalecimento do potencial das crianças e o pertencimento comunitário, além da possibilidade de levar a construção de valores, que são necessários para o desenvolvimento humano e social dessas crianças.

Ao chegar à comunidade encontramos muitas crianças nas ruas, brigando e cometendo pequenos atos inflacionais. Vimos grupos que se reuniam para jogar, mas não possuíam sentimento de equipe, não percebiam o poder que o esporte tem de educar, sensibilizar, unir, minimizar as diferenças, sem levar em consideração que o esporte é uma atividade “capaz de ativar as comunicações de povos, de multidões de pessoas e transformar simples “massa” em verdadeiras comunidades”. (FERREIRA NETO 1987. p. 101).

O sentimento de comunidade que buscamos através do esporte, é o que identificamos acima, quando definimos com Souza (1993) que, ser um grupo, é ter interesses, preocupações e enfrentamentos comuns. Através das equipes de futebol formadas durante o processo de iniciação do desenvolvimento de comunidade houve uma capacidade maior de mobilizar grupos para refletir acerca dos seus problemas e possibilidades de enfrentamentos.

## CONCLUSÃO

A realização do presente estudo possibilitou uma análise de como o processo de desenvolvimento de comunidade, ao longo da história, se apresentou com uma ferramenta para levar aos países considerados dependentes, condições objetivas de desenvolvimento econômico e social, sobretudo nas áreas rurais. Notamos que somente o desenvolvimento econômico, não permite o pleno atendimento das necessidades humanas. Ou seja, não basta criar condições de desenvolvimento econômico para a produção imediata do desenvolvimento social. Pois, se trata de uma questão política de maior envergadura, ou seja, se trata de vontade política e de comprometimento com a garantia do acesso a direitos sociais de cidadania. Assim sendo, entendemos que o desafio de intervir em comunidades empobrecidas, como observamos na comunidade de Cottard no Haiti, vai muito além do auxílio financeiro ou desenvolvimento tecnológico.

A realidade social encontrada no Haiti continua sendo um desafio para todos aqueles que se propõe a atuar para a transformação social desse país. Percebemos ao longo do período que estivemos envolvidas com a comunidade de Cottard que iniciativas como a do Projeto Por um Novo Haiti e da GOALS, ao serem fortalecidas podem contribuir para a elaboração de projetos e programas mais amplas e, inclusive para subsidiar possíveis estratégias de ação governamental, que possam atender milhares de comunidades haitianas.

As transformações sentidas nas comunidades haitianas apresentadas nessa monografia se baseiam no processo de desenvolvimento através do esporte que tem contribuído para o desenvolvimento humano e dado resposta às necessidades básicas locais, além de auxiliar no empoderamento e capacitação da liderança local, que através de uma participação ativa e direta muda as condições de vida de muitas crianças que antes estavam sem perspectiva de vida e futuro.

De um modo geral, os projetos de esporte para o desenvolvimento têm gerado mudanças significativas nas comunidades, possibilitando o acesso aos direitos fundamentais e básicos de crianças e adolescentes que fora dos projetos não teriam acesso, tendo em vista o contexto social e político do país.

Observamos que as múltiplas desigualdades encontradas no meio rural vêm sendo evidenciadas e saídas tem sido sinalizadas como o acesso mínimo a educação, saúde, igualdade de gênero e participação local. De uma forma simples,

mas não simplória, percebemos que o DC (tal como explicitado na experiência haitiana que vivenciamos) tem amenizado a desigualdade em muitas comunidades empobrecidas elevando a qualidade de vida de muitas crianças nas áreas rurais do Haiti. As estatísticas apresentadas pelo projeto *Goals* demonstram que com a participação social é possível gerar melhorias na qualidade de vida de muitas crianças, bem como a suas famílias.

Observamos que quando produzimos projetos juntamente com a comunidade, temos mais chance de que essa produção venha se posicionar a favor da equidade e da justiça social, na ampliação e consolidação da cidadania, possibilitando a transformação de “uma massa de indivíduos”, em uma comunidade politicamente forte que saiba onde e como reivindicar seus direitos.

O profissional de Serviço Social tem um papel privilegiado em equipes que compõe as ações do DC através do esporte, devido às competências profissionais e seu olhar reflexivo que é norteado por uma perspectiva histórico e crítica da realidade na elaboração de estratégias e técnicas para a realização de projetos e programas que busquem a transformação da realidade social. A investigação nos permitiu evidenciar que há possibilidades para o profissional de Serviço Social atuar via o esporte para o desenvolvimento de comunidade em contextos territoriais empobrecidos. Entendemos que em realidades como as que vivenciamos no Haiti, o espaço para atuação do assistente social é amplo e repleto de possibilidades, assim como de limites, que são dados pela própria “lógica hegemônica do capital” em escala global. Reforçamos assim, que a atuação do assistente social não deve se limitar a ser aquele que sempre proporciona “algo pronto”, contudo, deve sim, auxiliar na elaboração/implementação de projetos consequentes para a construção de pontes teóricas e políticas, afim de que a comunidade alcance se fortaleça na luta por acesso a direitos de cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDER-EGG, Ezequiel - **Metodologia y Práctica del Desarrollo de La Comunidad**. - 3.<sup>a</sup> Ed., Buenos Aires, Ed. Rumanitas, 1967.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BENINCÁ, E. **As origens do planejamento participativo no Brasil**. Revista Educação - AEC, n. 26, jul./set. 1995.

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. 3<sup>a</sup> edição, editora Unijuí, Ijuí, 2005.

CASSEUS, Thierry; Payen, Felix. **Ação comunitária no Haiti: Desafios e Oportunidades de Intervenção**. Universidade de Montreal. Québec 2013

CASTRO, M. M. **História do serviço social na América Latina**. S. Paulo, Cortez, 1986.

Central Intelligence Agency. CIA - **The world fact book: Haiti 2015**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html> . Acesso em 20 de outubro de 2015.

COUTINHO, C. N. C. **Contra a Corrente. Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

**Declaração Universal dos Direitos humanos 1948**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 12 abril de 2016.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação: Um tesouro a descobrir**. São Paulo/Brasília : Cortez/UNESCO/MEC, 1998.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA NETO, Augusto; GARCIA, Sebastião. **Desenvolvimento Comunitário: princípios para a ação**. Rio de Janeiro : Bloch, 1987

FILS-AIME, Edy. **Descentralização e implementação de estratégias de desenvolvimento local: Análise do sistema de caso da governança da cidade de Croix-des-Bouquets**. Universidade do Haiti. Porto Príncipe, 2012.

GALEANO, Eduardo. **Haiti, país ocupado**. 2011. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=60752>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

HAITI. Constituição (1987). **Constituição da República do Haiti**. Porto Príncipe, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In Revista Temporalis, Ano 2, nº 3, (jan/jul. 2001) Brasília: ABESS, 2001.

Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHSI). "**Desenvolvimento do Milênio, Status, Tendências e Perspectivas**". Disponível em: <http://www.ihsi.ht/> Acesso: 20 de junho de 2015.

KOLYNIAC FILHO, C. **O esporte como objeto da educação física ou da ciência da motricidade humana**. Discorpo 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.



LENTINI, Azzurra. **Relatório Final da avaliação técnica das ameaças naturais da cidade de Croix-des-Bouquets**. Haiti - Guia Metodológico. 2013.

LOUIDOR WOOLDY, Edson, **Haiti Por Si - A Reconquista da Independência Roubada**. Fortaleza, Expressão Gráfica. 2013.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Pelo direito ao grito: as lutas silenciadas da universidade pública haitiana por reconhecimento, independência e democracia**. UFRGS. Porto Alegre 2013

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MSPP – Ministério da Saúde Pública e da População. **Plano interino do setor da Saúde**. Port- Au-Prince, 2010.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In Revista Temporalis, n. 3, Ano 2, (jan/jul/2001)- Brasília: ABESS, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio Relatório da Força Tarefa entre**. ANO 2003.

Política Nacional de Habitação e Habitat. Porto Príncipe. Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.haitilibre.com/docs/pnlh.pdf> – Acessado em 23 de abril de 2016

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx> - Acessado em 23 de abril de 2016

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> - Acessado em 23 de abril de 2016

ORTIZ, F. S. G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2007.

SAINT-VIL, Romial. **Juventude e Desenvolvimento Social no Haiti: Caso de comum Ouanaminthe**. Universidade de Abomey Instituto Nacional da Juventude. Porto Príncipe, 2009.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a 'Internacional Comunitária' e a recolonização do Haiti**. Unicamp. Campinas, 25 de Março de 2014.

SOUZA, Maria Luíza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 16º edição. Editora São Paulo: Cortez; 2008.

Treinadores em todos os continentes - **Relatório Anual 2015**. Revista digital p.8. Disponível em: <http://online.fliphtml5.com/zlhj/wgon/#p=8>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

UNESCO. **Crescimento, desenvolvimento e maturação**. – Brasília: Fundação Vale, 2013. – (Cadernos de referência de esporte; 3).

UNICEF- **Relatório Annual 2013** - Haiti . Disponível em: [http://www.unicef.org/about/annualreport/files/Haiti\\_COAR\\_2013.pdf](http://www.unicef.org/about/annualreport/files/Haiti_COAR_2013.pdf). Acesso em 20 de junho de 2015.

VASCONCELOS, E. M. “**A proposta de *empowerment* e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental**” In: Revista Serviço Social & Sociedade: seguridade social e cidadania. Ano XXII; 65:5-53. 2001.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: Processos e Técnicas**. Rio de Janeiro, Agir, 1981.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez, 1998.